

RICARDO ANTUNES

O CARACOL E SUA CONCHA

ensaios sobre a nova morfologia do trabalho



BOITEMPO
EDITORIAL

COLEÇÃO
Mundo do Trabalho

Mais de um bilhão de homens e mulheres sofrem com as consequências da precarização do trabalho. Outras centenas de milhões vivem em condições ainda piores, tendo seu cotidiano moldado pelo desemprego estrutural. Nos países do Norte, que um dia chamamos de Primeiro Mundo, se preservam alguns resquícios da seguridade social, herança da fase (quase terminal) do *Welfare State*. Nos países do Sul, que nunca conheceram o Estado de bem-estar social, os homens e mulheres disponíveis para o trabalho oscilam entre a busca quase inglória do emprego e a submissão diante de qualquer oferta. Essa é apenas uma entre muitas questões acerca da centralidade do trabalho discutidas em *O caracol e sua concha: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho*, que a Boitempo agora publica. Após dez anos do lançamento de *Adeus ao trabalho?* e quase seis de *Os sentidos do trabalho*, este livro atualiza e faz novos desdobramentos da pesquisa de Ricardo Antunes sobre a natureza do trabalho na sociedade contemporânea.



ISBN 85-7559-065-0



Um dos mais destacados sociólogos marxistas da atualidade, Ricardo Antunes retoma neste livro, de forma polêmica e combativa, a teoria sobre a centralidade da categoria “trabalho”, teoria aliás já exposta nos seus livros *Os sentidos do trabalho* e *Adeus ao trabalho?*, obras que hoje são referência nacional e internacional. A tese central apresentada é a de que o progresso científico-tecnológico no capitalismo contemporâneo não resulta, como expõe a corrente eurocêntrica, no fim da teoria do valor trabalho.

O núcleo teórico de sua argumentação inspira-se em Marx. Para o pensador alemão, o saber rigoroso e o conhecimento técnico-científico desempenham papel fundamental na transformação da produção. Nesse sentido, a produção capitalista depende cada vez menos do trabalho diretamente produtivo, embora este ainda permaneça como um elemento essencial na produção do valor. A maquinaria e os dispositivos mecânicos automáticos da refinada tecnologia são absorvidos pelo capital, na forma de capital fixo (trabalho morto), transformando-se, no processo de produção capitalista, em instrumento de realização e de apropriação do sobrevalor, ao regular e moldar o espaço, o ritmo e a destreza do trabalho necessário, diretamente produtivo, realizado pelo trabalho vivo.

Marx diz que quando o capital se apropria da força de trabalho apropria-se não só da capacidade útil de trabalho, mas também de um saber de modo geral presente no trabalhador como parte do

O CARACOL E SUA CONCHA

...a saber social" produzido no âmbito da sociedade. Esse trabalhador está em constante articulação dialética com os meios de produção e com os meios de circulação do processo global de acumulação capitalista, como o "caracol e sua concha". Por consequência, a ciência e a tecnologia são partes integrantes das forças produtivas do grande capital industrial e financeiro.

É com base nesse arcabouço teórico que Ricardo Antunes empreende um estudo refinado sobre a alteração produzida pela incorporação da ciência e da tecnologia na composição orgânica do capital e nas suas relações entre trabalho produtivo e improdutivo, manual e intelectual, material e imaterial e na forma assumida pela divisão sexual do trabalho, interferindo na nova composição das classes sociais do capitalismo contemporâneo globalizado.

Sedi Hirano

Esta obra foi composta em Adobe Garamond, corpo 10,5/12,6 e impressa na gráfica Bartira em papel pólen soft 80 gramas, para a Boitempo Editorial em julho de 2005, com tiragem de 3.000 exemplares.

Ricardo Antunes é professor titular de Sociologia no IFCH da Unicamp. Foi pesquisador visitante na Universidade de Sussex, Inglaterra, e recebeu os prêmios Zeferino Vaz, da Unicamp (2003), e a Cátedra Florestan Fernandes, da Clacso (2002). É membro do comitê editorial da revista *Margem Esquerda* e autor, entre outros livros, de *Adeus ao trabalho?* (1995) e *Os sentidos do trabalho* (1999), este último também pela Boitempo.

C O L E Ç Ã O
Mundo do Trabalho
Coordenação Ricardo Antunes

ALÉM DA FÁBRICA
Marco Aurélio Santana
e *José Ricardo Ramalho* (orgs.)

A CÂMARA ESCURA
Alienação e estranhamento em Marx
Jesus Ranieri

CRÍTICA À RAZÃO INFORMAL
A imaterialidade do salariado
Manoel Malaguti

DA GRANDE NOITE À ALTERNATIVA
O movimento operário europeu em crise
Alain Bihr

A DÉCADA NEOLIBERAL E A CRISE
DOS SINDICATOS NO BRASIL
Adalberto Moreira Cardoso

A EDUCAÇÃO PARA ALÉM
DO CAPITAL
István Mészáros

DO CORPORATIVISMO
AO NEOLIBERALISMO
Estado e trabalhadores no Brasil
e na Inglaterra
Angela Araújo (org.)

A EDUCAÇÃO PARA ALÉM
DO CAPITAL
István Mészáros

O EMPREGO NA GLOBALIZAÇÃO
Marcio Pochmann

FORDISMO E TOYOTISMO
NA CIVILIZAÇÃO DO AUTOMÓVEL
Thomas Gounet

HOMENS PARTIDOS
Comunistas e sindicatos no Brasil
Marco Aurélio Santana

LINHAS DE MONTAGEM
o industrialismo nacional
desenvolvimentista e a sindicalização dos
trabalhadores (1945-1978)
Antonio Luigi Negro

O MISTER DE FAZER DINHEIRO
Automatização e subjetividade no trabalho
bancário
Nise Jinkings

NEOLIBERALISMO,
TRABALHO
E SINDICATOS
Reestruturação produtiva na Inglaterra
e no Brasil
*Huw Beynon, José Ricardo Ramalho, John
McIlroy e Ricardo Antunes* (orgs.)

NOVA DIVISÃO SEXUAL
DO TRABALHO?
Um olhar voltado para a empresa
e a sociedade
Helena Hirata

O NOVO (E PRECÁRIO)
MUNDO DO TRABALHO
Reestruturação produtiva
e crise do sindicalismo
Giovanni Alves

PARA ALÉM DO CAPITAL
Rumo a uma teoria da transição
István Mészáros

POBREZA E EXPLORAÇÃO
DO TRABALHO
NA AMÉRICA LATINA
Pierre Salama

O PODER DA IDEOLOGIA
István Mészáros

O ROUBO DA FALA
Origens da ideologia
do trabalhismo no Brasil
Adalberto Paranhos

O SÉCULO XXI
Socialismo ou barbárie?
István Mészáros

OS SENTIDOS DO TRABALHO
Ensaios sobre a afirmação
e a negação do trabalho
Ricardo Antunes

TERCEIRIZAÇÃO:
(DES)FORDIZANDO A FÁBRICA
Maria da Graça Druck

TRANSNACIONALIZAÇÃO
DO CAPITAL
E FRAGMENTAÇÃO
DOS TRABALHADORES
João Bernardo

Ricardo Antunes

O CARACOL E SUA CONCHA

ensaios sobre a nova morfologia do trabalho

BOITEMPO
EDITORIAL

Copyright © Ricardo Antunes
Copyright desta edição © Boitempo Editorial, 2005

Coordenação editorial Ivana Jinkings
Aluizio Leite
Assistente editorial Ana Paula Castellani
Preparação Beatriz Rocha Garcia
Capa Antonio Kehl
sobre *Weaver Facing Left with
Spinning Wheel*, de Vincent van
Gogh, 1884
Editoração eletrônica Raquel Sallaberry Brião
Produção gráfica Marcel Iha

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ.

A644c

Antunes, Ricardo L. C. (Ricardo Luís Coltro), 1953-
O caracol e sua concha : ensaios sobre a nova morfologia do trabalho/
Ricardo Antunes. - São Paulo : Boitempo, 2005
136p. : . -(Mundo do trabalho)

Inclui bibliografia
ISBN 85-7559-065-0

1. Trabalho. 2. Trabalho - Aspectos sociais. 3. Sociologia industrial. I.
Título. II. Título: Ensaios sobre a nova morfologia do trabalho. III. Série.

05-2275.

CDD 305.56
CDU 331

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta edição
poderá ser utilizada ou reproduzida sem a autorização da editora.

1ª edição: julho de 2005

BOITEMPO EDITORIAL
Jinkings Editores Associados Ltda.
Rua Euclides de Andrade, 27 Perdizes
05030-030 São Paulo SP
Tel./Fax: (11) 3875-7250 / 3872-6869
e-mail: editora@boitempo.com
site: www.boitempo.com

*Para Octávio Ianni
e Maurício Tragtenberg,
mestres e amigos.*

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	11
1 A CRISE DA SOCIEDADE DO TRABALHO: fim da centralidade ou desconstrução do trabalho?	23
2 A DESMEDIDA EMPRESARIAL na sociedade da “qualidade total”	41
3 A NOVA MORFOLOGIA DO TRABALHO e o desenho multifacetado das ações coletivas	47
4 ALGUMAS TESES SOBRE O PRESENTE (e o futuro) do trabalho	59
5 A DIALÉTICA DO TRABALHO	67
6 O CARÁTER POLISSÊMICO e multifacetado do mundo do trabalho	75
7 O TRABALHO ENTRE A PERENIDADE E A SUPERFLUIDADE: alguns equívocos sobre a desconstrução do trabalho	85
8 A SUBVERSÃO DO CAPITAL e os sentidos do trabalho	95
9 OPACIDADE (OU VITALIDADE) das classes sociais?	101
10 <i>REVIVAL</i> DO ANARQUISMO?	109
11 UMA APOSTA NO FUTURO	115
12 UM NOVO DESAFIO	123
FONTES DOS TEXTOS	129
BIBLIOGRAFIA	131

*Não fizemos contrato, não é verdade? [...]
Enquanto assim falava, Vassili Andreitch estava
convencido de que era o benfeitor de Nikita:
tal a sua força de persuasão e tantos os que,
a começar por Nikita, dependiam de seu dinheiro e
lhe corroboravam essa convicção de que não enganava
os trabalhadores, mas os cumulava de benefícios!
– Sim, compreendo, Vassili Andreitch; pela minha parte,
parece-me que trabalho, que faço o
mais que posso, como se fosses meu pai.
Compreendo muito bem – respondia Nikita.
E dizia-o, sabendo perfeitamente que
Vassili Andreitch o enganava.
Leon Tolstói, Senhor e servo*

*[...] o trabalho que deixou de ser o que havia sido,
e nós que só podemos ser o que fomos,
de repente percebemos que
já não somos necessários no mundo...
José Saramago, A caverna*

*O trabalho de equipe é a prática de grupo
da superficialidade degradante.
Richard Sennet, A corrosão do carácter*

A CRISE DA SOCIEDADE DO TRABALHO

fim da centralidade ou desconstrução do trabalho?

No pensamento contemporâneo tornou-se (quase) lugar-comum falar em “desaparição do trabalho”. De modo sintético, podemos assim introduzir a problemática da chamada crise da sociedade do trabalho tomando alguns de seus mais expressivos formuladores.

André Gorz, em *Adeus ao proletariado*, como o próprio título indica limpidamente, vaticinou em 1980 o fim do proletariado e com ele grande parte (se não a totalidade) das ações decorrentes das forças sociais do trabalho. Se não foi o primeiro, foi um dos mais contundentes críticos da sociedade do trabalho.

Claus Offe, em meados dos anos 1980, escreveu seu conhecido ensaio “Trabalho: categoria sociológica-chave?” em que, reconhecendo a ampliação da sociedade de serviços e acrescentando que sua lógica não se pautava pelo cálculo econômico, pela mesma racionalidade do capital privado, tematizou criticamente sobre a retração e mesmo a perda da centralidade do trabalho na busca do sentido estruturante do ser social no mundo contemporâneo.

Habermas, partindo de estudos e indicações empíricas de ambos, foi muito além em seu exercício analítico ao substituir a prevalência da esfera da razão instrumental, dada pelo trabalho assalariado que cria o capital para a esfera da razão comunicativa, pela esfera da intersubjetividade. É conhecida a sua crítica, em *Theory of Communicative Action*,

do que o autor entende como expressando as lacunas da teoria do valor de Marx e sua limitação ao dar conta da complexidade da lógica societal presente no capitalismo tardio. Habermas atribui a Marx a redução da esfera comunicacional à ação instrumental. Como contraposição, realiza uma sobrevalorização e disjunção entre essas dimensões decisivas da vida social, e a perda desse liame indissolúvel permite que ele valorize e autonomize a esfera comunicacional.

A disjunção analítica habermasiana entre sistema (esfera do trabalho e da razão instrumental) e o mundo da vida (esfera intersubjetiva, da razão comunicacional) transfere para esse segundo plano (o mundo da vida) as reais possibilidades emancipatórias que não mais encontram sentido na esfera do trabalho.

Dominique Méda, em livro recentemente publicado na França com o título *Le travail: une valeur en voie de disparition*¹ [O trabalho: um valor em vias de desaparecimento] retoma o universo habermasiano e também o espírito weberiano do “desencanto do mundo”, ampliando-o para o desencanto do trabalho. Como Habermas, Dominique Méda propugna pelo controle da esfera instrumental e pela ampliação (positiva, por certo) do espaço público, criticando o que considera o “culto ou a utopia do trabalho, presente nos pensamentos cristão e marxista”, que para a autora se encontra “em vias de desaparecimento” e sem possibilidade estruturante.

Num outro recorte analítico, poderíamos lembrar Jeremy Rifkin e seu *The end of work* publicado aqui com o título *O fim dos empregos*², em que, tomando a sociedade norte-americana como chão social, também faz o seu “réquiem para a classe trabalhadora” vislumbrando romanticamente como salvação societal a ampliação alternativa do Terceiro Setor.

Vale ainda lembrar o esforço analítico de Robert Kurz, particularmente em *O colapso da modernização*³ e em *Os últimos combates*⁴, numa versão analítica muito mais crítica à ordem do capital do que os autores acima citados, mas que concebe os trabalhadores como parte constitutiva do mundo da mercadoria e por isso impossibilitados de transformar radicalmente a lógica do que denomina “sistema produ-

tor de mercadorias”. Os trabalhadores são, para ele, prisioneiros e partícipes da forma-mercadoria, herdando Kurz, um sagaz e ousado crítico do capital, algo do desencanto e da melancolia presentes na Escola de Frankfurt, particularmente no que concerne ao papel da classe trabalhadora e seu potencial de transformação social.

Na contracorrente, valeria, por certo, a referência a Robert Castel, que, em *As metamorfoses da questão social*⁵, num patamar analítico denso – que também é o de Dominique Méda – ofereceu novos elementos para se pensar a centralidade do trabalho com base em uma defesa contratualista e estruturante da sociedade salarial.

Fico neste desenho introdutório para me referir ao que entendemos como expressão de algumas das formulações mais significativas dos críticos da centralidade do trabalho. Poderíamos adicionar, entre tantos outros, Alain Touraine e, ainda, entre nós, o recente livro de Jacob Gorender, *Marxismo sem utopia*⁶, mas a lista seria muito ampla e nos distanciaria desse primeiro desenho que não tem outro objetivo senão o de situar alguns dos principais críticos da chamada “sociedade do trabalho”.

Vale uma primeira distinção analítica (e também uma provocação crítica) de fundo no que concerne à questão do trabalho: para os que têm maior influência weberiana, as mudanças em curso teriam iniciado (ou mesmo realizado) uma demolição da chamada “ética positiva do trabalho”. Para aqueles que se ancoram em Marx, entretanto, falar em uma ética positiva do trabalho, sob o sistema de metabolismo social do capital, sob a vigência do trabalho fetichizado e assalariado, parece não fazer sentido, particularmente quando lembramos que desde 1844, nos *Manuscritos econômico-filosóficos*, ao tratar do trabalho estranhado/alienado, Marx não hesitou em dizer que, se pudesse, o trabalhador fugiria do trabalho como se fuge de uma peste. Marx, diferentemente do que se costuma afirmar, tem uma concepção claramente negativa do trabalho sob o capital.

Entretanto, enquanto se opera no plano gnosiológico a desconstrução ontológica do trabalho, paralelamente, no mundo real, este se reconverte em uma das mais explosivas questões da contemporaneidade. Trabalho e desemprego, trabalho e precarização, trabalho e gênero, tra-

¹ Paris, Aubier, 1995.

² Jeremy Rifkin, *O fim dos empregos* (São Paulo, Makron Books, 1995).

³ São Paulo, Paz e Terra, 1992.

⁴ Rio de Janeiro, Vozes, 1997.

⁵ Rio de Janeiro, Vozes, 1998.

⁶ São Paulo, Ática, 1999.

balho e etnia, trabalho e nacionalidade, trabalho e ecologia, trabalho e corte geracional, trabalho e materialidade, trabalho e imaterialidade, trabalho e qualificação, trabalho e desqualificação; muitos são os exemplos da transversalidade, da vigência e, acrescentemos, da centralidade da forma social *trabalho* no mundo contemporâneo.

Nosso primeiro argumento polemizador aqui é: os críticos da sociedade do trabalho podem estar equivocados ao enfatizar, eurocentricamente, que o trabalho está em vias de desaparecimento, que o capital não mais necessita dessa mercadoria especial. Vale lembrar que pelo menos 2/3 da humanidade que trabalha encontra-se no chamado “Terceiro Mundo”; na Ásia, no Oriente, na África e na América Latina. Não parece um bom exercício analítico tematizar sobre o mundo do trabalho com um corte excessivamente eurocêntrico. Isso sem falar das complexificações que decorrem da nova divisão internacional do trabalho na era do capital mundializado.

Da General Motors à Microsoft, da Bennetton à Ford, da Toyota ao McDonald's, o mundo produtivo e de serviços ainda carece de uma dada forma de trabalho, seja ele material, produtivo ou imaterial. A própria existência do capital financeiro supõe algum nível de lastro produtivo e com ele se imbrica. O trabalho, portanto, não se tornou mera *virtualidade*, ainda que venha sofrendo mutações e metamorfoses significativas. Não é ficção que a Nike se utiliza de cerca de 85 mil trabalhadores e trabalhadoras, esparramados em tantas partes do mundo, que recebem salários degradantes; não é ficção também que o primeiro segredo da Toyota foi procurar envolver a classe trabalhadora japonesa no projeto da “Família Toyota” (seu lema na década de 1950 era: “proteja a empresa para proteger sua vida”), como nos ensinaram inicialmente Satoshi Kamata⁷, e mais recentemente o crítico Thomas Gounet⁸ e o pouco crítico Benjamim Coriat⁹.

Ou ainda poderíamos lembrar a falência do Projeto Saturno, da General Motors (EUA), em fins dos anos 1970 e início dos anos 1980, que fracassou porque tentou automatizar e robotizar sua planta produtiva, abandonando e desconsiderando sua classe trabalhadora. Não foi

capaz de praticar o que Coriat acriticamente chamou de “envolvimento incitado” e que eu denomino “envolvimento estranhado e manipulado”.

Vamos, a seguir, procurar problematizar algumas das teses que propugnam o fim do trabalho ou mesmo o fim da sua centralidade.

Quando concebemos a forma contemporânea do trabalho como expressão do trabalho social, que é mais complexificado, heterogeneizado e ainda mais intensificado nos seus ritmos e processos, não podemos concordar com as teses que desconsideram o processo de interação entre trabalho vivo e trabalho morto, entre a potência constituinte do trabalho vivo e a potência constituída do trabalho morto, na bela síntese oferecida por Francisco de Oliveira. Em verdade, o sistema de metabolismo social do capital necessita cada vez menos de trabalho estável e cada vez mais de trabalho parcial – *part-time* –, terceirizado, precarizado, dos trabalhadores hifenizados de que falou Huw Beynon¹⁰, da *classe-que-vive-do-trabalho* de que falei em *Adeus ao trabalho?* e que se encontra em explosiva expansão em todo o mundo produtivo e de serviços.

Como o capital pode reduzir muito, mas não pode eliminar completamente o trabalho vivo do processo de criação de mercadorias, sejam elas materiais ou imateriais, ele deve, além de incrementar sem limites o trabalho morto corporificado no maquinário tecnocientífico, aumentar a produtividade do trabalho de modo a intensificar as formas de extração do sobretrabalho (da mais-valia) em tempo cada vez mais reduzido. Vale lembrar que tempo e espaço se convulsionam nesta nova fase dos capitais mundializados. A redução do proletariado taylorizado, a ampliação do “trabalho intelectual” nas plantas produtivas de ponta e a ampliação generalizada dos novos proletários precarizados e terceirizados da “era da empresa enxuta” são fortes exemplos do que acima aludimos.

Como o capital tem um forte sentido de desperdício e de exclusão, é precisa a síntese de André Tosel:

[...] é a própria “centralidade do trabalho abstrato que produz a não-centralidade do trabalho, presente na massa dos excluídos do trabalho vivo” que, uma vez (des)sociabilizados e (des)individualizados pela expulsão do trabalho, “procuram desesperadamente encontrar formas de individuação

⁷ *Japan in the Passing Lane: An Insider's Account of Life in a Japanese Auto Factory* (Nova York, Pantheon Books, 1982).

⁸ *Fordismo e toyotismo na civilização do automóvel* (São Paulo, Boitempo, 1999).

⁹ *Pensar al revés: trabajo y organización en la empresa japonesa* (México / Madri, Siglo XXI, 1992).

¹⁰ “As práticas do trabalho em mutação”, em Ricardo Antunes (org.), *Neoliberalismo, trabalho e sindicatos* (São Paulo, Boitempo, 1998).

e de socialização nas esferas isoladas do não-trabalho (atividade de formação, de benevolência e de serviços)” do chamado Terceiro Setor etc.¹¹

A destrutividade que caracteriza a lógica do capital e de seu processo de acumulação e valorização se expressa também quando descarta e torna supérflua uma parcela enorme da força humana mundial que trabalha, da qual cerca de 1 bilhão e 200 milhões encontram-se precarizados ou desempregados, segundo dados da OIT.

A título de similitude: assim como o capital torna “supérfluas” suas mercadorias, sem as quais, entretanto, não pode sobreviver, o mesmo capital torna “supérflua” sua mercadoria força de trabalho, sem a qual também não pode sobreviver.

Essa forma flexibilizada de acumulação capitalista, baseada na reengenharia, na empresa enxuta, para lembrar algumas expressões do novo dicionário do capital, teve conseqüências enormes no mundo do trabalho. Podemos aqui tão somente indicar as mais importantes:

- 1) há uma crescente redução do proletariado fabril estável, que se desenvolveu na vigência do binômio taylorismo/fordismo e que vem diminuindo com a reestruturação, flexibilização e desconcentração do espaço físico produtivo, típico da fase do toyotismo;
- 2) há um enorme incremento do novo proletariado, do subproletariado fabril e de serviços, o que tem sido denominado mundialmente de trabalho precarizado. São os “terceirizados”, subcontratados, *part-time*, entre tantas outras formas semelhantes, que se expandem em inúmeras partes do mundo. Inicialmente, esses postos de trabalho foram preenchidos pelos imigrantes, como os *gastarbeiters* na Alemanha, o *lavoro nero* na Itália, os *chicanos* nos EUA, os *dekasseguis* no Japão etc. Mas hoje sua expansão atinge também os diversos trabalhadores especializados e remanescentes da era taylorista-fordista, que presenciam a desapareção de suas profissões;
- 3) há um incremento dos assalariados médios e de serviços, o que possibilita um significativo desenvolvimento no sindicalismo desses setores, ainda que o de serviços já presencie também níveis de desemprego acentuado;

¹¹ Cf. André Tösel em “Centralité et non-centralité du travail ou la passion des hommes superflus” em Jacques Bidet e Jacques Texier (Orgs.), *La crise du travail* (Paris, PUF, 1995, Actuel Marx Confrontation), p. 210.

- 4) há exclusão dos jovens e dos idosos do mercado de trabalho: os primeiros acabam muitas vezes engrossando as fileiras de movimentos neonazistas, e aqueles com cerca de 40 anos ou mais, quando desempregados e excluídos do trabalho, dificilmente conseguem novo emprego;
- 5) há uma inclusão precoce e criminoso de crianças no mercado de trabalho, particularmente nos países de industrialização intermediária e subordinada, como os países asiáticos, latino-americanos, mas que atinge também inúmeros países centrais, como a Itália;
- 6) Vivencia-se um aumento significativo do trabalho feminino que atinge mais de 40% da força de trabalho em diversos países avançados, e que tem sido absorvido pelo capital, preferencialmente no universo do trabalho *part-time*, precarizado e desregulamentado. No Reino Unido, por exemplo, o contingente feminino superou recentemente o masculino na composição da força de trabalho. Sabe-se que essa expansão do trabalho feminino tem, entretanto, significado inverso quando se trata da temática salarial e dos direitos, em que a desigualdade salarial, quando as mulheres são comparadas aos homens, contradita a sua crescente participação no mercado de trabalho. Seu percentual de remuneração é bem menor do que aquele auferido pelo trabalho masculino. O mesmo freqüentemente ocorre no que concerne aos direitos e condições de trabalho.

Na divisão sexual do trabalho, operada pelo capital dentro do espaço fabril, geralmente as atividades de concepção ou aquelas baseadas em capital intensivo são preenchidas pelo trabalho masculino, enquanto aquelas dotadas de menor qualificação, mais elementares e freqüentemente fundadas em trabalho intensivo, são destinadas às mulheres trabalhadoras (e, muito freqüentemente, também aos trabalhadores/as imigrantes e negros/as). São constatações que aparecem nas pesquisas de Anna Pollert, Helena Hirata, Heleieth Saffioti e Liliana Segnini, entre outras pesquisadoras¹². Aqui aflora outro elemento decisivo quando se tematiza a questão do gênero no trabalho, articulando, portanto, a questão de gênero com as questões de classe e destas com o processo de emancipação do gênero/mulher e do gênero humano.

¹² Anna Pollert, “Team work on the Assembly Line” em Peter Ackers, Chris Smith e Paul Smith (Orgs.), *The New Workplace and Trade Unionism* (Londres, Routledge,

- 7) Tem ocorrido também uma expansão do trabalho no denominado “Terceiro Setor”, especialmente em países capitalistas avançados, como EUA, Inglaterra, entre outros, que assume uma forma alternativa de ocupação por meio de empresas com perfil mais comunitário, motivadas predominantemente por formas de trabalho voluntário, abarcando um amplo leque de atividades em que predominam aquelas de caráter assistencial, sem fins diretamente lucrativos e que se desenvolvem relativamente à margem do mercado. O crescimento do Terceiro Setor decorre da retração do mercado de trabalho industrial e também da redução que começa a sofrer o setor de serviços, em decorrência do desemprego estrutural. Em verdade, ele é consequência da crise estrutural do capital, da sua lógica destrutiva vigente, bem como dos mecanismos utilizados pela reestruturação produtiva do capital visando reduzir trabalho vivo e ampliar trabalho morto. Nesse sentido, em nosso entendimento o Terceiro Setor não é uma alternativa efetiva e duradoura ao mercado de trabalho capitalista, mas cumpre um papel de funcionalidade ao incorporar parcelas de trabalhadores desempregados pelo capital, ainda que possa minimizar o problema do desemprego nos países em que o Terceiro Setor é amplo.
- 8) Para finalizar este desenho das tendências que vêm caracterizando o mundo do trabalho devemos mencionar também a expansão do trabalho em domicílio, propiciada pela desconcentração do processo produtivo, pela expansão de pequenas e médias unidades produtivas, de que é exemplo a “Terceira Itália”. Com a introdução da telemática, com a expansão das formas de flexibilização (e precarização) do trabalho, com o avanço da horizontalização do capital produtivo e com a necessidade de atender a um mercado mais “individualizado”, o trabalho em domicílio vem presenciando formas de expansão em várias partes do mun-

do. É mister acrescentar que o trabalho produtivo em domicílio, da qual se utilizam essas empresas, mescla-se com o trabalho reprodutivo doméstico, fazendo aflorar novamente a importância do trabalho feminino.

- 9) Essa conformação mais complexificada da classe trabalhadora assume, no contexto do capitalismo atual, uma dimensão decisiva dada pelo caráter transnacionalizado do capital e de seu sistema produtivo. Suas configurações local, regional e nacional se ampliam em laços e conexões na cadeia produtiva, que é cada vez mais internacionalizada. Assim como o capital é um sistema global, o mundo do trabalho e seus desafios são também cada vez mais transnacionais, embora a internacionalização da cadeia produtiva não tenha, até o presente, gerado uma resposta internacional por parte da classe trabalhadora, que ainda se mantém predominantemente em sua estruturação nacional, o que é um limite enorme para a ação dos trabalhadores. Com a reconfiguração, tanto do espaço quanto do tempo de produção, dada pelo sistema global do capital, há um processo de re-territorialização e também de des-territorialização. Novas regiões industriais emergem e muitas desaparecem, além de cada vez mais as plantas produtivas serem mundializadas, como a indústria automotiva, em que os carros mundiais praticamente substituem o carro nacional.

A conflituosidade entre trabalhadores nacionais e imigrantes é também um claro exemplo desse processo de transnacionalização da economia, re-territorialização e des-territorialização da força de trabalho, a que o movimento sindical não tem conseguido responder satisfatoriamente.

Desse modo, além das clivagens entre os trabalhadores estáveis e precários, homens e mulheres, jovens e idosos, nacionais e imigrantes, brancos e negros, qualificados e desqualificados, “incluídos e excluídos”, e tantos outros exemplos que ocorrem no interior de um espaço nacional, a estratificação e a fragmentação do trabalho também se acentuam em função do processo crescente de internacionalização do capital.

Portanto, a classe trabalhadora fragmentou-se, heterogeneizou-se e complexificou-se ainda mais. Tornou-se mais qualificada em vários setores, como na siderurgia, em que houve uma relativa “intelectualização” do trabalho, mas desqualificou-se e precarizou-se em diversos ramos,

1996); Heleieth Saffioti, “Violência de gênero: lugar da práxis na construção da subjetividade” em *Lutas Sociais*, São Paulo, PUC, nº 2, 1997; Liliana Segnini, *Mulheres no trabalho bancário* (São Paulo, Edusp/Fapesp, 1991); Helena Hirata, “Rapports sociaux de sexe et division du travail” em Jacques Bidet e Jacques Texier (Orgs.), *La crise du travail* (Paris, PUF, 1995); idem, “Paradigmes du travail: un point de vue transversal” em *Paradigmes du Travail, Futur Antérieur* (Paris, L'Harmattan, 1993[2], n. 16); idem, *Nova divisão sexual do trabalho?* (São Paulo, Boitempo, 2002).

como na indústria automobilística, na qual o ferramenteiro não tem mais a mesma importância, sem falar na redução ou mesmo eliminação de inspetores de qualidade, dos gráficos, dos mineiros, dos portuários, dos trabalhadores da construção naval etc. Criou-se, de um lado, em escala minoritária, o trabalhador “polivalente e multifuncional” da era informacional, capaz de operar máquinas com controle numérico e de, por vezes, exercitar com mais intensidade sua dimensão mais “intelectual” (sempre entre aspas). E, de outro lado, há uma massa de trabalhadores precarizados, sem qualificação, que hoje está presenciando as formas de *part-time*, emprego temporário, parcial, precarizado, ou mesmo vivenciando o desemprego estrutural. Esse é, em nosso entendimento, o eixo do debate sobre a crise da sociedade do trabalho, o que é muito diferente de dar adeus ao trabalho ou determinar gnosiologicamente o fim da centralidade do trabalho.

Portanto, nosso entendimento é o de que, por meio do estudo aprofundado das relações entre trabalho produtivo e improdutivo, manual e intelectual, material e imaterial, bem como a forma assumida pela divisão sexual do trabalho, a nova configuração da classe trabalhadora, entre outros elementos, nos é permitido recolocar e dar concretude à tese da centralidade da categoria trabalho, revitalizando o que Juan José Castillo chamou de ciências sociais do trabalho, contra a desconstrução teórica que foi realizada nos últimos tempos.

Ao contrário da propaganda de substituição do trabalho pela ciência, ou ainda da substituição da produção de mercadorias pela esfera comunicacional, da tão falada substituição da produção pela informação, as novas formas de interpenetração existentes entre as atividades produtivas e as improdutivas, entre as atividades fabris e de serviços, entre atividades laborativas e as atividades de concepção, entre produção e conhecimento científico, que vêm se ampliando no mundo contemporâneo, configuram-se como elementos analíticos que em nosso entendimento conferem validade à forma contemporânea da centralidade do trabalho.

Quando se pensa na totalidade do trabalho no mundo produtivo, o trabalho abstrato (dispêndio de energia física e/ou intelectual, como disse Marx em *O capital*) cumpre papel decisivo na criação de valores de troca. A redução do tempo físico de trabalho no processo produtivo, bem como a redução do trabalho manual direto e a ampliação do trabalho mais intelectualizado, não parecem negar a lei do valor quando se considera a totalidade do trabalho, a capacidade de trabalho so-

cialmente combinada, o trabalhador coletivo como expressão de múltiplas atividades combinadas, ou, se quisermos, a potência presente no trabalho vivo

Quando se fala da crise da sociedade do trabalho, é absolutamente necessário qualificar a dimensão do que se está tratando: se é uma crise da sociedade do trabalho abstrato (como sugere Robert Kurz) ou se se trata da crise do trabalho também em sua dimensão *concreta*, como elemento estruturante do intercâmbio social entre os homens e a natureza (como sugerem Offe, Gorz, Habermas, Dominique Méda, entre tantos outros). No primeiro caso, o da crise da sociedade do trabalho abstrato, há uma diferenciação que nos parece decisiva e que, em geral, tem sido negligenciada. A questão essencial aqui é: a sociedade contemporânea é ou não predominantemente movida pela lógica do capital, pelo sistema produtor de mercadorias, pelo processo de valorização do capital? Se a resposta for afirmativa, a crise do trabalho abstrato somente poderá ser entendida como a redução do trabalho vivo e a ampliação do trabalho morto, além, é claro, de uma maior ou menor dimensão intelectual ou manual presente no trabalho abstrato.

Como criador de valores de uso, coisas úteis, forma de intercâmbio entre o ser social e a natureza, não nos parece plausível conceber, no universo da sociabilidade humana, a extinção do trabalho social em seu sentido (auto)formativo. Se é possível visualizar, para além do capital, a eliminação da sociedade do trabalho abstrato – ação essa naturalmente articulada ao fim da sociedade produtora de mercadorias –, é algo ontologicamente distinto supor ou conceber o fim do trabalho como atividade útil, como atividade vital, como elemento fundante, protoforma da atividade humana, como lembrou Lukács em sua *Ontologia do ser social**.

Em outras palavras: uma coisa é conceber, com a eliminação do capital e de seu sistema de metabolismo social, o fim do trabalho abstrato, do trabalho estranhado e alienado; outra, muito distinta, é conceber a eliminação, no universo da sociabilidade humana, do trabalho concreto, que cria coisas socialmente úteis e que, ao fazê-lo, (auto)transforma o seu próprio criador. Uma vez que se concebe o trabalho desprovido dessa sua dupla dimensão, resta identificá-lo como sinônimo de trabalho abstrato, trabalho estranhado e fetichizado. Como *tripalium*. A consequên-

* A ser publicada, completa e em nova tradução, pela Boitempo em 2006.

cia que disso decorre é, então, na melhor das hipóteses, imaginar uma sociedade do “tempo livre”, com algum sentido, mas que conviva com as formas existentes de trabalho estranhado e fetichizado.

Quando concebemos a forma contemporânea do trabalho como expressão do trabalho social, que é mais complexificado, socialmente combinado e ainda mais heterogêneo e intensificado nos seus ritmos e processos, não podemos concordar com as teses que desconsideram o processo de criação de valores de troca. (Ao contrário, defendemos a tese de que a sociedade do capital e sua lei do valor necessitam cada vez menos do trabalho estável e cada vez mais das diversificadas formas de trabalho parcial ou *part-time*, terceirizado, que são, em escala crescente, parte constitutiva do processo de produção capitalista). Terceirização essa que atinge tanto os trabalhadores manuais como os trabalhadores intelectuais, que dispõem do que Bourdieu chamou de maior capital cultural, mas que também têm sido intensamente terceirizados.

Exatamente porque o capital não pode eliminar o trabalho vivo do processo de criação de valores, ele deve aumentar a utilização e a produtividade do trabalho de modo a intensificar as formas de extração do sobretrabalho em tempo cada vez mais reduzido. Portanto, uma coisa é ter a necessidade imperiosa de reduzir a dimensão variável do capital e a conseqüente necessidade de expandir sua parte constante. Outra, muito diversa, é imaginar que, eliminando completamente o trabalho vivo, o capital possa continuar se reproduzindo. A redução do proletariado estável, herdeiro do taylorismo/fordismo, a ampliação do trabalho intelectual no interior das plantas produtivas modernas e o aumento generalizado das formas de trabalho precarizado, desenvolvidos intensamente na “era da empresa flexível” e da desverticalização produtiva, são fortes exemplos da vigência da lei do valor, uma vez que é a própria forma assumida pela centralidade do trabalho abstrato que produz as formas de descentramento do trabalho, presentes na expansão monumental do desemprego estrutural.

Quando concebemos a forma contemporânea do trabalho, também não podemos concordar com a tese da transformação da ciência na principal força produtiva, em substituição ao valor-trabalho, que se teria tornado inoperante (conforme a tese de Habermas em *Técnica e ciência como “ideologia”*¹³).

Essa formulação, ao converter a ciência em principal força produ-

tiva, de algum modo desconsidera ou minimiza as interações existentes entre trabalho vivo e avanço tecnocientífico sob as condições do desenvolvimento e expansão capitalista. Não se trata, portanto, de dizer que a teoria do valor-trabalho não reconhece o papel crescente da ciência, mas que esta se encontra tolhida em seu desenvolvimento pela base material das relações sociais do capital, a qual não pode superar. E é por essa restrição estrutural que a ciência não pode se converter na principal força produtiva dotada de autonomia. Prisioneira dessa base material, menos do que uma cientificização da tecnologia de que fala Habermas, há, conforme sugere Mészáros, um processo de tecnologização da ciência.

Ontologicamente prisioneiros do solo material estruturado pelo capital, o saber científico e o saber laborativo mesclam-se mais diretamente no mundo contemporâneo. Vários experimentos, dos quais o projeto Saturno da General Motors – anteriormente mencionado – foi exemplar, fracassaram ao procurar automatizar o processo produtivo desconsiderando sua interação com os trabalhadores. As máquinas inteligentes não podem *extinguir* o trabalho vivo. Ao contrário, a sua introdução utiliza-se do trabalho intelectual operário que, ao interagir com a máquina informatizada, acaba também por transferir parte dos seus atributos intelectuais à nova máquina que resulta desse processo. Estabelece-se, então, um complexo processo interativo entre trabalho e ciência produtiva, que não leva à extinção do trabalho, mas a um processo de retroalimentação que gera a necessidade de encontrar uma força de trabalho ainda mais complexa, multifuncional, que deve ser explorada de maneira mais intensa e sofisticada, ao menos nos ramos produtivos dotados de maior incremento tecnológico.

Com a conversão do trabalho vivo em trabalho morto, a partir do momento em que, pelo desenvolvimento dos *softwares*, a máquina informacional passa a desempenhar atividades próprias da inteligência humana, o que se pode presenciar é aquilo que Lojkin denominou objetivização das atividades cerebrais junto à maquinaria, transferência do saber intelectual e cognitivo da classe trabalhadora para a maquinaria informatizada. A transferência de capacidades intelectuais para a maquinaria informatizada, que se converte em linguagem da máquina própria da fase informacional, por meio dos computadores, acentua a transformação de trabalho vivo em trabalho morto. Mas não pode eliminá-lo.

Há ainda em curso na sociedade contemporânea outra tendência criada pela crescente imbricação entre trabalho material e imaterial, uma

¹³ São Paulo, Abril, 1975, col. Os Pensadores.

vez que se presencia, no mundo contemporâneo, além da monumental precarização do trabalho acima referida, uma significativa expansão do trabalho dotado de maior dimensão intelectual, quer nas atividades industriais mais informatizadas, quer nas esferas compreendidas pelo setor de serviços ou nas comunicações, entre tantas outras. A expansão do trabalho em serviços, em esferas não diretamente produtivas, mas que muitas vezes desempenham atividades imbricadas com o trabalho produtivo, mostra-se como outra característica importante da noção ampliada de trabalho, quando se quer compreender o seu significado no mundo contemporâneo.

Desse modo, o trabalho imaterial expressa a vigência da esfera informacional da forma-mercadoria: ele é expressão do conteúdo informacional da mercadoria, exprimindo as mutações do trabalho no interior das grandes empresas e do setor de serviços, em que o trabalho manual direto está sendo substituído pelo trabalho dotado de maior dimensão intelectual. Trabalhos material e imaterial, na imbricação crescente que existe entre ambos, encontram-se, entretanto, centralmente subordinados à lógica da produção de mercadorias e de capital. Capturando a tendência da expansão da atividade intelectual dentro da produção, disse Jean-Marie Vincent:

[...] a própria forma-valor do trabalho se metamorfoseia. Ela assume crescentemente a forma-valor do trabalho intelectual-abstrato. A força de trabalho intelectual produzida dentro e fora da produção é absorvida como mercadoria pelo capital que lhe incorpora para dar novas qualidades ao trabalho morto [...]. A produção material e a produção de serviços necessitam crescentemente de inovações, tornando-se por isso cada vez mais subordinadas a uma produção crescente de conhecimento que se converte em mercadorias e capital.¹⁴

A nova fase do capital, sob a era da “empresa enxuta”, da empresa toyotista, portanto, retransfere o *savoir-faire* para o trabalho, mas o faz apropriando-se crescentemente da sua dimensão intelectual, das suas capacidades cognitivas, procurando envolver mais forte e intensamente a subjetividade existente no mundo do trabalho. Mas o processo não se restringe a essa dimensão, uma vez que parte do saber intelectual é transferido para as máquinas informatizadas, que se tornam mais inteligentes, reproduzindo parte das atividades a elas transferidas pelo sa-

ber intelectual do trabalho. Como a máquina não pode suprimir o trabalho humano, ela necessita de uma maior interação entre a subjetividade que trabalha e a nova máquina inteligente. E, nesse processo, o envolvimento interativo aumenta ainda mais o estranhamento e a alienação do trabalho, ampliando as formas modernas da reificação, distanciando-se ainda mais a subjetividade do exercício daquilo que Nicolas Tertulian, na esteira do Lukács da maturidade, sugestivamente denominou como exercício de uma subjetividade autêntica e autodeterminada. O mundo produtivo do capital quer a “plenitude” de uma subjetividade inautêntica e heterodeterminada. O que nos leva a outra complexa discussão, impossível de ser aqui feita, que trata das formas contemporâneas da alienação e do estranhamento. Basta pensar no individualismo exacerbado, no culto do subjetivismo pós-moderno, no propalado fim das ideologias, das ações de classe etc.

Portanto, em vez da substituição do trabalho pela ciência, ou ainda da substituição da produção de valores pela esfera comunicacional, da substituição da produção pela informação, o que se pode presenciar no mundo contemporâneo é uma maior inter-relação, uma maior interpenetração entre as atividades produtivas e as improdutivas, entre as atividades fabris e de serviços, entre atividades laborativas e as atividades de concepção, que se expandem no contexto da reestruturação produtiva do capital. O que remete ao desenvolvimento de uma concepção ampliada para se entender sua forma de ser do trabalho no capitalismo contemporâneo, e não à sua negação.

As recentes ações de resistência dos trabalhadores sinalizam, em nosso entendimento, para formas contemporâneas de confrontação assumidas entre o capital social total e a totalidade do trabalho. Essas recentes greves e explosões sociais presenciadas pelos países capitalistas do Norte e do Sul constituem-se como importantes exemplos das novas formas de confrontação social contra o capital e da vigência da centralidade do trabalho. São ações que articulam luta social e luta ecológica (será possível uma atualização do socialismo sem articulá-lo com a luta ecológica? Será possível uma luta ecológica séria sem que ela esteja imbuída de um ideário socialista?) São ações que articulam luta de classes com luta de gênero, ação social com luta étnica. (A mesma indagação feita acima vale para essas formas de ação social: será possível uma atualização do socialismo sem articulá-lo com a luta étnica? Será possível uma luta socialista séria sem que ela esteja articulada com a questão de gênero?)

¹⁴ Jean-Marie Vincent, “Les automatismes sociaux et le ‘general intellect’”, *Futur Antérieur*, Paris, L’Harmattan, n° 16 (*Paradigmes du travail*) 1993[2], p. 121.

Podemos exemplificar isso com a explosão social dos negros em Los Angeles em 1992, a rebelião de Chiapas no México, a emergência do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) no Brasil. Ou com as inúmeras greves ampliadas dos trabalhadores, como a dos empregados das empresas públicas na França, em novembro/dezembro de 1995, a longa greve dos trabalhadores portuários em Liverpool, que durou quase três anos, de 1995 até 1998, ou a greve de cerca de 2 milhões de metalúrgicos na Coreia do Sul, em 1997, contra a precarização e flexibilização do trabalho. Ou, ainda, a recente greve dos transportadores da United Parcel Service, em agosto de 1997, com 185 mil paralisados, articulando uma ação conjunta entre trabalhadores *part-time* e *full-time*; ou a greve dos trabalhadores da General Motors, nos EUA, em 1998, contra a terceirização e precarização do trabalho, que paralisou praticamente o sistema mundial de produção dessa empresa automobilística.

Isso sem falar das recentes batalhas de Seattle contra a OMC, e de Washington contra o Banco Mundial, ambas nos EUA. Ou dos confrontos deste Primeiro de Maio de um novo século que se inicia ou um velho século que finda. Essas ações, entre tantas outras, muitas vezes mesclando elementos desses pólos diferenciados da classe trabalhadora, constituem-se em importantes exemplos dessas novas confrontações e da vigência da centralidade do trabalho contra a lógica destrutiva que preside a sociabilidade contemporânea.

Elas não parecem confirmar, mas infirmar, negar o que Habermas equivocadamente caracterizou como “pacificação dos conflitos sociais”. Elas recuperam, isso sim, aquela que talvez seja a batalha central da humanidade hoje: a busca de uma vida cheia de sentido dentro e fora do trabalho. O que mostra, em nosso entendimento, a força e a centralidade contemporânea do trabalho.

Podemos, portanto, afirmar que as teses que defendem o fim da centralidade do trabalho como traço constitutivo da chamada “crise da sociedade do trabalho”, sua substituição pela esfera comunicacional ou da inter-subjetividade encontram seu contraponto quando se parte de uma concepção abrangente e ampliada de trabalho, que contempla tanto sua dimensão coletiva quanto subjetiva, tanto na esfera do trabalho produtivo quanto improdutivo, tanto material quanto imaterial, bem como nas formas assumidas pela divisão sexual do trabalho, pela nova configuração da classe trabalhadora, entre os vários elementos aqui apresentados.

Podemos afirmar também que, em vez da substituição do trabalho pela

ciência, ou ainda da substituição da produção de valores de troca pela esfera comunicacional ou simbólica, da substituição da produção pela informação, o que vem ocorrendo no mundo contemporâneo é uma maior inter-relação, maior interpenetração entre as atividades produtivas e as improdutivas, entre as atividades fabris e de serviços, entre atividades laborativas e as atividades de concepção, entre produção e conhecimento científico, que se expandem fortemente no mundo contemporâneo.

Procuramos, por fim, mostrar ainda que foi a própria forma assumida pela sociedade do trabalho abstrato que possibilitou, por meio da constituição de uma massa de trabalhadores expulsos do processo produtivo, a aparência da sociedade fundada no descentramento da categoria trabalho, na perda de centralidade do trabalho no mundo contemporâneo. Mas, que o entendimento das mutações em curso no mundo do trabalho nos obriga a ir além das aparências. O que recoloca a questão da crise da sociedade do trabalho. E também recoloca a questão e a atualidade da centralidade do trabalho hoje.

A DESMEDIDA EMPRESARIAL na sociedade da “qualidade total”

Estamos vivenciando a plenitude da sociedade involucral, geradora do descartável e do supérfluo. Nesta era da sociedade do *entertainment*, do qual o *shopping center*, esse verdadeiro templo de consumo do capital, faz aflorar com toda a evidência o sentido de desperdício e de superfluidade que caracteriza a lógica societal contemporânea, o que as classes médias altas e especialmente as classes proprietárias têm em abundância, de modo compulsivo, a maioria dos que vivem do seu trabalho (ou que dele são também excluídos) não podem nem sequer ter acesso visual. Nem mesmo no universo do imaginário...

Foi contra essa sociedade involucral que os recentes movimentos sociais urbanos, mesclando criatividade e criticidade, por meio das “visitas” de dezenas de trabalhadores sem-teto, inicialmente a um *shopping center* e, posteriormente, a um supermercado do Rio de Janeiro, estamparam sua repulsa e seu descontentamento, cujo significado parece cristalino: a sociedade do consumo destrutivo e supérfluo, ao mesmo tempo em que cria necessidades múltiplas de consumo fetichizado e estranhado, impede que os verdadeiros produtores da riqueza social participem até mesmo do universo (restrito e manipulado) do consumo. Parece que os homens e mulheres sem-trabalho, os despossuídos do campo e das cidades, os assalariados precarizados em geral, as chamadas “classes perigosas”, começam a questionar a lógica que preside a sociedade atual. Vieram para mostrar à sociedade sua injustiça, desigualdade, iniquidade e

sua superfluidez. E para (re)conquistar seu sentido de humanidade e de dignidade.

Algo similar vem ocorrendo em tantas partes do mundo. Desde a explosão de Seattle, nos Estados Unidos, contra a Organização Mundial do Comércio (OMC), que “protestos antiglobalização e anticapitalismo têm se tornado rotina durante os encontro inter-governamentais”, ao referir-se à confrontação que então ocorria em Nice, na França¹. As manifestações ocorridas em 1ª de maio de 2000, em tantas partes do mundo, são outros exemplos mais recentes dessas novas manifestações, eivadas de sentido e significados, que o MST, entre nós, tem sido pioneiro.

Essa destrutividade se expressa também quando descarta e torna supérflua uma parcela enorme da força humana mundial que trabalha, da qual cerca de um terço está realizando trabalhos parciais, precarizada ou desempregada. Isso porque o capital necessita cada vez menos do trabalho estável e cada vez mais de trabalho *part-time*, terceirizado, que se encontra em enorme crescimento no mundo produtivo industrial e de serviços.

Como o capital não pode se reproduzir sem alguma forma de interação entre trabalho vivo e trabalho morto, ambos necessários para a produção das mercadorias, sejam elas materiais ou imateriais, eleva-se a produtividade do trabalho ao limite, intensificando os mecanismos de extração do sobretrabalho em tempo cada vez menor, por meio da ampliação do trabalho morto corporificado no maquinário tecnocientífico, traços esses constitutivos do processo de *liofilização organizativa* da “empresa enxuta”, como sugestivamente denominou o sociólogo espanhol Juan J. Castillo.

Aqui vale uma similitude entre o descarte e superfluidez do trabalho e o descarte e superfluidez da produção em geral, presente por exemplo na questão da chamada “qualidade total”. Como pude desenvolver mais longamente em *Os sentidos do trabalho*, na presente fase de intensificação da taxa de utilização decrescente do valor de uso das mercadorias, a falácia da qualidade torna-se evidente: quanto mais “qualidade total” os produtos alegam ter, menor é o seu tempo de duração. A necessidade imperiosa de reduzir o tempo de vida útil dos produtos, visando a aumentar a velocidade do ciclo reprodutivo do

capital, faz com a “qualidade total” seja, na maior parte das vezes, o invólucro, a aparência ou o aprimoramento do supérfluo, uma vez que os produtos devem durar cada vez menos para que tenham uma reposição ágil no mercado. A “qualidade total”, por isso, deve se adequar ao sistema de metabolismo sócio-reprodutivo do capital, afetando desse modo tanto a produção de bens e serviços como as instalações, maquinários e a própria força humana de trabalho.

Desse modo, o apregoado desenvolvimento dos processos de “qualidade total” converte-se na expressão fenomênica, involucral, aparente e supérflua de um mecanismo produtivo gerador do descartável e do supérfluo, condição para a reprodução ampliada do capital e seus imperativos expansionistas e destrutivos.

Não falamos aqui somente dos *fast-foods* (do qual o McDonald's é exemplar), a marca da sociedade do *entertainment*, que despeja toneladas de descartáveis no lixo após um lanche produzido sobre o ritmo seriado e fordizado. Poderíamos lembrar também do tempo médio de vida útil estimada dos automóveis mundiais, cuja durabilidade é cada vez mais reduzida. Ou ainda a indústria de computadores, expressão da tendência depreciativa e decrescente do valor de uso das mercadorias, em que um sistema de *softwares* torna-se obsoleto e desatualizado em tempo bastante curto, obrigando o consumidor a adquirir a nova versão.

As empresas, na competitividade travada entre elas, visando reduzir o tempo entre produção e consumo, incentivam ao limite essa tendência restritiva do valor de uso das mercadorias. Precisando acompanhar a competitividade existente em seu ramo produtivo, os capitais desencadeiam uma lógica que se intensifica crescentemente, da qual a “qualidade total” é um mecanismo intrínseco e funcional. Com a redução dos ciclos de vida útil dos produtos, os capitais não têm outra opção, para sua sobrevivência, senão “inovar” ou correr o risco de serem ultrapassados pelas empresas concorrentes, conforme ocorreu, por exemplo, com a empresa transnacional de computadores Hewlett Packard: paralelamente à “inovação” constante de seu sistema computacional, o tempo de vida útil dos produtos também reduziu-se enormemente².

¹ *The Guardian*, 8/12/2000.

² Cf. Martin Kenney, “Value Creation in the Late Twentieth Century: The Rise of the Knowledge Worker”, em Jim Davis, Thomas Hirschil e Michael Stack, *Cutting Edge: Technology, Information, Capitalism and Social Revolution* (Londres/Nova York, Verso, 1997), p. 92.

Como o capital tem uma tendência expansionista intrínseca ao seu sistema produtivo, a “qualidade total” deve tornar-se inteiramente compatível com a lógica da produção supérflua e destrutiva. Por isso, em seu sentido e tendências mais gerais, o capitalismo, ao mesmo tempo em que reitera sua suposta capacidade de elevação da “qualidade total”, converte-se de fato em inimigo da durabilidade dos produtos; desencorajando e mesmo inviabilizando práticas produtivas orientadas para as reais necessidades humano-sociais. Opõe-se frontalmente à longevidade dos produtos. A “qualidade total” torna-se, ela também, a negação da durabilidade das mercadorias. Quanto mais “qualidade” as mercadorias aparentam ter (e aqui novamente a aparência faz a diferença), menor tempo de duração elas devem efetivamente ter. Desperdício, superfluidade e destrutividade acabam sendo os seus traços determinantes.

Claro que aqui não se está questionando o que seria um efetivo avanço tecnocientífico quando pautado pelos reais imperativos humano-sociais (o que não é o caso da lógica contemporânea), mas, sim, a engrenagem de um sistema de metabolismo social do capital que converte em descartável e supérfluo tudo que poderia ser preservado e reorientado, tanto para o atendimento efetivo dos valores de uso sociais quanto para se evitar uma destruição incontrolável e degradante da natureza, do meio ambiente, da relação metabólica entre homem e natureza

Estamos presenciando o afloramento de um desses momentos de rebeldia, das lutas e ações que emergem das forças sociais do trabalho e das vítimas mais penalizadas desse sistema destrutivo e excludente. O sensível filme *Pão e rosas*, de Ken Loach, é uma feliz expressão, no plano estético, desse momento de rebeldia. Se parte dos anos 1970 e 1980 talvez possam ser vistos como anos que mesclaram (contraditoriamente) fascínio, resignação e desencanto, as décadas seguintes, a de 1990 e a que agora se inicia, por certo serão muito diferentes. O que pode possibilitar a retomada do que Goethe, em *Os anos de aprendizagem de Wilhelm Meister*, assim sintetizou:

Tão propenso anda o homem a dedicar ao que há de mais vulgar, com tanta facilidade se lhe embotam o espírito e os sentidos para as impressões do belo e do perfeito, que por todos os meios deveríamos conservar em nós essa faculdade de sentir. Pois não há quem possa passar completamente sem um prazer como esse, e só a falta de costume de desfrutar algo de bom é a causa de muitos homens encontrarem prazer no frívolo e no insulto,

contanto que seja novo. Deveríamos diariamente ouvir ao menos uma pequena canção, ler um belo poema, admirar um quadro magnífico, e, se possível, pronunciar algumas palavras sensatas.

O que não parece ser o sentido da sociedade involucral com sua “qualidade total”.

A NOVA MORFOLOGIA DO TRABALHO

e o desenho multifacetado das ações coletivas

Os diferentes movimentos e explosões sociais, bem como a variedade de greves e rebeliões que presenciamos nessa fase de mundialização dos capitais, indicam que adentramos também numa nova fase de mundialização das lutas sociais e das ações coletivas. Ações que são desencadeadas ora a partir dos confrontos que emergem diretamente do mundo do trabalho – como as greves que ocorrem cotidianamente em tantas partes do mundo –, ora por meio das ações dos movimentos sociais dos desempregados, que compreendem a crescente e enorme parcela dos que se integram no mundo do trabalho pelo desemprego, pela desintegração.

Seattle, Praga, Nice, a confrontação social e política em Gênova, mais recentemente a explosão social na Argentina (desde dezembro de 2001) e em vários outros países da América Latina são exemplos por certo multifacetados, mas eivados de significados e conseqüências, e se constituem em importantes sinais de que uma nova era de embates sociais mundializados serão o traço constitutivo deste novo século que se inicia.

São, portanto, ricos exemplos das novas formas da confrontação social em curso contra a lógica destrutiva que preside a (des)sociabilidade contemporânea. Morfologia que deve ser compreendida a partir do (novo) caráter multifacetado do trabalho.

I

Se a classe trabalhadora (ou o proletariado) foi, ao longo dos séculos XIX e XX, predominantemente associada à idéia de trabalhadores manuais, fabris, egressos quase que exclusivamente do mundo industrial taylorista e fordista, uma noção contemporânea e ampliada de classe trabalhadora nos oferece hoje potencialidade analítica para captar os sentidos e as forças propulsoras dessas ações e desses embates que emergem no mundo em escala global e, desse modo, conferir maior vitalidade teórica (e política) ao mundo do trabalho contra a desconstrução intentada nas últimas décadas.

E, paralelamente à enorme ampliação do conjunto de seres sociais que vivem da venda de sua força de trabalho, da *classe-que-vive-do-trabalho* em escala mundial, tantos autores deram adeus ao proletariado, conferindo ao trabalho um valor em vias de desaparecimento, defendendo a idéia do descentramento e mesmo da desconstrução da categoria trabalho, acarretando a idéia do fim das possibilidades das ações humanas desencadeadas a partir do trabalho social¹.

Ao contrário dessas tendências, vamos procurar indicar, ainda que de modo sintético, a nova morfologia que emerge a partir do universo multifacetado do trabalho e suas múltiplas potencialidades.

Qual é a conformação atual da classe trabalhadora, ao menos em seu desenho mais genérico? Se a classe trabalhadora metamorfoseou-se, será que ela está vivendo um processo de definhamento e, portanto, está em vias de desaparecimento? Ela não tem mais um estatuto de centralidade, não tendo senão significação secundária quando se pensa no processo de sociabilidade humana? O trabalho, enfim, teria perdido seu sentido estruturante na ontologia do ser social?

Procuramos indicar, de modo sintético, alguns elementos analíticos que nos possibilitam responder de modo diverso a essas indagações.

Nosso primeiro desafio é procurar entender de modo abrangente o que é a classe trabalhadora hoje, que compreende a totalidade dos assalariados, homens e mulheres que vivem da venda da sua força de

trabalho e são despossuídos dos meios de produção, não tendo outra alternativa de sobrevivência senão a de vender sua força de trabalho sob a forma do assalariamento.

Nesse desenho amplo, composto e, por certo, muito heterogêneo, a classe trabalhadora (ou *classe-que-vive-do-trabalho*) encontra seu núcleo central no conjunto dos trabalhadores produtivos, para lembrar Marx especialmente em seu *Capítulo VI inédito de O capital*². Esse núcleo central, dado pela totalidade dos trabalhadores produtivos, compreende aqueles que produzem diretamente mais-valia e que participam também diretamente do processo de valorização do capital por meio da interação entre trabalho vivo e trabalho morto, entre trabalho humano e maquinário científico-tecnológico. Ele se constitui, por isso, no pólo central da classe trabalhadora moderna.

Os produtos, as mercadorias (heterogêneas) que se esparramam (quase homogeneamente) pelos mercados mundiais nascem, em seu processo produtivo, da interação (em última instância ineliminável) entre trabalho vivo e trabalho morto, ainda que, ao longo dos anos 1980 e início da década de 1990, tenha sido (quase) uníssona a equívoca e eurocêntrica tese do fim do trabalho e da conseqüente perda de relevância e mesmo validade da teoria do valor³.

Vale aqui registrar o depoimento do atual presidente da Nissan, Carlos Ghosn, um brasileiro que foi levar o processo de liofilização organizacional da transnacional nipônica ao limite. Depois de iniciar o processo de reestruturação da empresa – que custou a demissão de 21 mil trabalhadores – e desenvolver a ampliação da capacidade instalada que, segundo ele, operava em “sete fábricas de montagem com 50% de utilização da capacidade instalada e pode produzir a mesma coisa em quatro, com 70% da capacidade”, acrescentou, ao referir-se à força do Japão:

Os operários japoneses, ou seja, o operário que trabalha na fábrica, o vendedor de carros, o técnico no centro de manutenção, essas pessoas que realmente fazem a economia são de uma lealdade impressionante à empresa. Eles são capazes de fazer qualquer esforço, acima de todos os padrões que já vi... É comum, por exemplo, ver pessoas na Nissan trabalhando até a meia-

¹ Cf. Jürgen Habermas, *The Theory of Communicative Action: Reason and the Rationalization of Society* (Londres, Polity Press, 1991, v. 1) e *The Theory of Communicative Action: The Critique of Functionalist Reason* (Londres, Polity Press, 1992, v. 2); Dominique Méda, *Società senza lavoro: per una nuova filosofia dell'occupazione* (Milão, Feltrinelli, 1997).

² Karl Marx, “Chapter Six” em Karl Marx e Friedrich Engels, *Collected Works* (Londres, Lawrence & Wishart, 1994), v. 34 (Marx: 1861/64).

³ Jürgen Habermas, *Técnica e ciência como “ideologia”*, cit.; e *The Theory of Communicative Action: The Critique of Functionalist Reason*, cit.

noite. A força do Japão, sem nenhuma dúvida, é na base japonesa, é essa força organizacional, é essa motivação, é essa lealdade. Não é o patrão de um lado e o empregado de outro lado. Não. Todo mundo junto em torno da empresa, e especialmente quando a empresa se encontra em dificuldade.⁴

Como o capital não pode eliminar o trabalho vivo do processo de mercadorias, sejam elas materiais ou imateriais, ele deve, além de incrementar sem limites o trabalho morto corporificado no maquinário tecnocientífico, aumentar a produtividade do trabalho de modo a intensificar as formas de extração do sobretabalho em tempo cada vez mais reduzido. Como a noção de tempo e também a de espaço se convulsionam nesta nova fase dos capitais cada vez mais mundializados, o processo de liofilização organizacional também se intensificou enormemente.

Esse processo de liofilização organizacional (na feliz expressão que tomamos de Juan José Castillo e desenvolvemos em *Os sentidos do trabalho*) é basicamente caracterizado pela redução do trabalho vivo e a ampliação do trabalho morto, pela substituição crescente de parcelas de trabalhadores manuais pelo maquinário tecnocientífico, pela ampliação da exploração da dimensão subjetiva do trabalho, pela sua dimensão intelectual no interior das plantas produtivas, além de pela ampliação generalizada dos novos trabalhadores precarizados e terceirizados da “era da empresa enxuta”⁵.

Portanto, uma primeira idéia central é a de que a classe trabalhadora hoje compreende não somente os trabalhadores ou as trabalhadoras manuais diretos, mas incorpora a totalidade do trabalho social, a totalidade do trabalho coletivo que vende sua força de trabalho como mercadoria em troca de salário. Como o trabalho produtivo pode ser tanto material (por certo ainda muito predominante no mundo produtivo global) como não-material (para lembrar novamente Marx no *Capítulo VI inédito*), ou imaterial, a classe trabalhadora moderna compreende a totalidade do trabalho coletivo e social, nele incluído o núcleo central dos trabalhadores produtivos⁶.

⁴ Folha de S. Paulo, 6/1/2002, p. B6.

⁵ Cf. Juan J. Castillo, *Sociología del trabajo* (Madri, CIS, 1996) e “A la búsqueda del trabajo perdido” em A. Perez-Agote e I. S. de la Yucera (Orgs.), *Complejidad y teoría social* (Madri, CIS, 1996); e Ricardo Antunes, *Os sentidos do trabalho*, cit.

⁶ A utilização que faço em meu livro, *Os sentidos do Trabalho*, do conceito de *trabalho material* foi alvo de uma consideração que já respondi no número 69 na Revista *Serviço Social e Sociedade*, a qual remeto o leitor. Aqui tão somente indico que, na

Mas a classe trabalhadora incorpora também o conjunto dos trabalhadores improdutivos, cujas formas de trabalho são executadas por meio da realização de serviços, seja para uso público, como os serviços públicos tradicionais, seja para uso privado, para uso do capital, não se constituindo, por isso, como elemento direto no processo de valorização do capital e de criação de mais-valia.

Os trabalhadores improdutivos, sendo geradores de um antivalor no processo de trabalho capitalista, vivenciam situações objetivas e subjetivas que têm similitude com aquelas vivenciadas pelo trabalho produtivo. Eles pertencem ao que Marx chamou dos *falsos custos*, os quais, entretanto, são necessários para a sobrevivência do sistema capitalista⁷.

Como todo trabalhador produtivo, ele é assalariado, mas a recíproca não é verdadeira, pois nem todo trabalhador assalariado é produtivo, uma noção contemporânea de classe trabalhadora deve incorporar a totalidade dos trabalhadores assalariados. Por isso, a caracterização da classe trabalhadora hoje deve ser, em nosso entendimento, mais abrangente do que a noção que o restringe exclusivamente ao trabalho

leitura que faço, inspirada em Marx (*Capítulo VI*), a dimensão *não-material ou imaterial*, não pode suprimir ou desconsiderar a prevalência, no capitalismo contemporâneo, do *trabalho material*. G. Cocco afirma que o trabalho imaterial, em minha análise, é reduzido ao material. E também atribui a si a autoria de uma frase-síntese que foi proferida Francisco de Oliveira, na UFRJ, em abril de 1999, em banca de concurso público da qual participaram, além do próprio Chico de Oliveira, Nobuko Kameyama, José Paulo Netto, Evaldo Amaro Vieira e eu, para avaliar, entre outros, o referido autor.

Vale lembrar que, em seu texto, há uma sucessão quase interminável de erros e imprecisões conceituais, de que são exemplos: “O paradigma fundamental do pós-fordismo como modo de produção [sic] largamente socializado, baseado, portanto, sobre a [sic] comunicação social (esta é que alimenta a inovação às tecnologias da informação e a chamada economia do conhecimento) de atores flexíveis e móveis, é o do *trabalho imaterial*” (p. 38). E mais: “Enquanto o trabalhador taylorista executava em silêncio as ordens hierárquicas encravadas no barulho da maquinaria, o pós-fordista trabalha falando, comunicando” (p. 38). E, em sintonia de fundo com a barbárie neoliberal, ao qual o autor quer radicalizar, acrescenta: “Isto significa abandonar definitivamente a velha perspectiva de uma reconstituição do público a partir do reforço do papel do Estado e, ao contrário, aproveitar as brechas ligadas a [sic] seu enfraquecimento, aprofundar o processo de libertação que os neoliberais tentam usar, canalizar e limitar. (...) O projeto neoliberal não funciona porque é apenas superficialmente pós-estatal” (p. 44/5). Os desdobramentos pós-11 de Setembro que o digam.

⁷ István Mészáros, *Para além do capital* (São Paulo, Boitempo, 2002).

industrial, ao proletariado industrial ou ainda à versão que restringe o trabalho produtivo exclusivamente ao universo fabril.

O trabalho produtivo – fabril e extrafabril – constitui-se, tal como o concebemos, no núcleo fundamental da classe trabalhadora, que, entretanto, como classe, é mais abrangente e compreende também os trabalhadores que são assalariados mas não são diretamente produtivos. Portanto, uma noção ampliada, abrangente e contemporânea de classe trabalhadora, hoje, a *classe-que-vive-do-trabalho*, deve incorporar também aqueles e aquelas que vendem sua força de trabalho em troca de salário, como o enorme leque de trabalhadores precarizados, terceirizados, fabris e de serviços, *part-time*, que se caracterizam pelo vínculo de trabalho temporário, pelo trabalho precarizado, em expansão na totalidade do mundo produtivo. Deve incluir também o proletariado rural, os chamados bóias-frias das regiões agroindustriais, além, naturalmente, da totalidade dos trabalhadores desempregados que se constituem nesse monumental exército industrial de reserva.

Estão excluídos, em nosso entendimento, isto é, não fazem parte da classe trabalhadora, os gestores do capital, que são parte constitutiva (objetiva e subjetivamente) das classes proprietárias, e exercem um papel central no controle, no mando, na hierarquia e na gestão do processo de valorização e reprodução do capital. Eles são as personificações assumidas pelo capital. Estão excluídos também aqueles que vivem de juros e da especulação⁸.

Os pequenos empresários urbanos e rurais, proprietários dos meios de sua produção, estão em nosso entendimento excluídos da noção ampliada que aqui desenvolvemos de classe trabalhadora, porque não vendem seu trabalho diretamente em troca de salário, ainda que possam ser – e freqüentemente, sejam – aliados importantes da classe trabalhadora assalariada.

Então, compreender a classe trabalhadora hoje, de modo ampliado, implica entender esse conjunto de seres sociais que vivem da venda da sua força de trabalho, que são assalariados e são desprovidos dos meios de produção. Nessa (nova) morfologia da classe trabalhadora, sua conformação é ainda mais fragmentada, mais heterogênea e mais complexificada do que aquela que predominou nos anos de apogeu do taylorismo e do fordismo.

⁸ Cf. Ricardo Antunes, *Os sentidos do trabalho*, cit.; Ernest Mandel, “Marx, la crise actuelle et l’avenir du travail humain”, *Quatrième Internationale*, nº 20, maio 1986.

É nesse novo mundo multifacetado do trabalho, com sua nova morfologia, que poderemos ainda encontrar os agentes centrais dos novos embates e das ações sociais que emergem na contemporaneidade. Claro que se trata de um empreendimento societal mais difícil, uma vez que para tanto se torna imprescindível resgatar o sentido de pertencimento de classe que a (des)sociabilização do capital e suas formas de dominação (incluindo a decisiva esfera da cultura) procuram de todo modo nublar, nessa era de enorme ampliação das clivagens existentes no interior do mundo do trabalho⁹.

Hoje, muito mais do que durante a fase de hegemonia taylorista/fordista, o trabalhador é instigado a se autocontrolar, a auto-recriminar-se e, até mesmo, autopunir-se quando a produção não atinge a meta desejada (chegando até mesmo, em situações extremas como o desemprego e o fechamento de empresas, ao suicídio a partir do fracasso no trabalho). Ou se recrimina e se penitencia quando não se atinge a chamada “qualidade total”, típica da fase da superfluidade, do caráter involucral e descartável das mercadorias, com suas marcas e signos, que faz que, muito freqüentemente, quanto mais “qualidade total” os produtos tenham, menor seja o seu tempo de vida útil.

Dentro desse ideário, que alguns chamam de *mcdonaldização* do mundo, as resistências, as rebeldias e as recusas são inaceitáveis, são consideradas atitudes anti-sociais, contrárias “ao bom desempenho da empresa”. Não é por outro motivo que as manifestações recentes contra a globalização e o capitalismo vêm acentuando sua oposição à mercadorização do mundo, em suas ações e passeatas, manifestando-se contrariamente à superfluidade e ao sentido de desperdício que caracterizam o mundo contemporâneo¹⁰.

Dentro do espaço produtivo, o saber intelectual que foi relativamente desprezado pelo taylorismo-fordismo tornou-se, para o capital de nossos dias, uma mercadoria muito mais valiosa. As formas contemporâneas de vigência do valor levaram ao limite a capacidade operativa da lei do valor e a vigência do trabalho abstrato, que despende cada vez mais energia intelectual (além de material) para a produção de

⁹ Alain Bihr, *Da grande noite à alternativa: o movimento operário europeu em crise* (São Paulo, Boitempo, 1998).

¹⁰ Cf. Naomi Klein, *Sem logo* (Rio de Janeiro, Record, 2002); Isleide Fontenelle, *O nome da marca: McDonald's, fetichismo e cultura descartável* (São Paulo, Boitempo, 2002).

valores de troca. Novamente desencadeia-se um processo interativo entre trabalho vivo e trabalho morto, sob o comando de um tempo conduzido pelo ritmo cada vez mais informacional e intensificado.

O tangenciamento dessa problemática (e a sua compreensão, no limite, equivocada) levou Habermas a hiperdimensionar o papel da ciência e subdimensionar (eurocentricamente) o papel (diferenciado) do trabalho. Ao contrário da interatividade entre trabalho vivo e trabalho morto, Habermas visualizou um processo de *cientificização da tecnologia* quando, em verdade, ocorre um movimento de tecnologia da ciência¹¹ que não levou à eliminação do trabalhado vivo, mas a novas formas de interação no trabalho (visando sempre, por certo, à sua redução).

Ao contrário, portanto, da afirmação do fim do trabalho ou da classe trabalhadora há ainda dois pontos que nos parecem instigantes e de enorme importância no mundo do trabalho contemporâneo de que vamos tratar na seqüência.

II

O primeiro ponto diz respeito às conseqüências da fragmentação do mundo do trabalho. Nos embates mundiais, hoje desencadeados pelos trabalhadores e/ou desempregados, que o mundo tem presenciado, de modo cotidiano, como no recente exemplo argentino, é possível detectar maior potencialidade e mesmo centralidade nos estratos mais qualificados da classe trabalhadora, naqueles que vivenciam uma situação mais “estável” e que têm, conseqüentemente, maior participação no processo de criação de valor? Ou, pelo contrário, nas ações sociais dos nossos dias, o pólo mais fértil e rebelde encontra-se prioritariamente naqueles segmentos sociais mais subproletarizados?

Sabe-se que aqueles segmentos mais qualificados, mais intelectualizados, que se desenvolveram juntamente ao avanço tecnocientífico, pelo papel central que exercem no processo de criação de valores de troca, estão dotados, ao menos objetivamente, de maior potencialidade e força em suas ações. Mas, contraditoriamente, esses setores mais qualificados são objeto direto de intenso processo de manipulação e envolvimento no interior do espaço produtivo e de trabalho.

¹¹ István Mészáros, *O poder da ideologia* (São Paulo, Boitempo, 2004).

Podem vivenciar, por isso, subjetivamente, maior envolvimento, subordinação e heteronomia, e, particularmente nos seus segmentos mais qualificados, podem se tornar mais suscetíveis às ações de inspiração neocorporativa.

Em contrapartida, o enorme leque de trabalhadores precários, parciais, temporários, juntamente com o enorme contingente de desempregados, pelo seu maior distanciamento (ou mesmo “exclusão”) do processo de criação de valores, teria, no plano da materialidade, um papel de menor relevo nas lutas anticapitalistas. Porém, sua condição de despossuído o coloca como, potencialmente, um pólo social capaz de assumir ações mais ousadas, uma vez que esses segmentos sociais “não têm mais nada a perder” no universo da (des)sociabilidade contemporânea. Sua subjetividade poderia estar, portanto, mais propensa à rebeldia e às rebeliões. De novo, a experiência argentina merece nossa atenção especial.

Ao longo da década de 1990, o afloramento das lutas sociais pareceu indicar uma confluência e uma simultaneidade de ações e de agentes sociais.

A essas ações somaram-se, ao final da década e início do novo século, outras ações – a que já nos referimos neste texto, como as explosões de Seattle, Praga, Nice, a confrontação acirrada em Gênova, as ações do Fórum Social Mundial e mais recentemente a rebelião social que destituiu o presidente e vários de seus pretensos sucessores na república Argentina, em dezembro de 2001 –, ações diferenciadas que demonstram, cada uma em sua especificidade e singularidade, que as lutas sociais vão se acentuar muito neste novo século¹².

O segundo ponto bastante relevante, que gostaria de ao menos indicar, diz respeito à (nova) divisão social e sexual do trabalho, uma vez que há uma forte tendência de feminização, que abarca mais de 40% da força de trabalho em vários países capitalistas, especialmente os considerados mais avançados. Essa força de trabalho feminina tem preenchido, entretanto, centralmente o espaço do trabalho *part-time*, flexível, em grande medida, mas precarizado e desregulamentado¹³.

Sabe-se, entretanto, que essa expansão do trabalho feminino tem

¹² Cf. José Seoane e Emilio Taddei, “De Seattle a Porto Alegre: pasado, presente y futuro del movimiento anti-mundialización neoliberal” em *Resistencias mundiales: de Seattle a Porto Alegre* (Buenos Aires, CLACSO, 2001) [ed. bras.: *Resistências mundiais: de Seattle a Porto Alegre*, Rio de Janeiro, Vozes, 2001].

significado inverso quando se trata da temática salarial, em que a desigualdade salarial das mulheres contradita a sua crescente participação no mercado de trabalho. Seu percentual de remuneração é bem menor do que aquele auferido pelo trabalho masculino. O mesmo freqüentemente ocorre no que concerne aos direitos e condições de trabalho.

Na divisão sexual do trabalho, operada pelo capital dentro do espaço fabril, geralmente as atividades de concepção ou aquelas baseadas em capital intensivo são preenchidas pelo trabalho masculino, enquanto aquelas dotadas de menor qualificação, mais elementares e freqüentemente fundadas em trabalho intensivo são destinadas às mulheres trabalhadoras (e, muito freqüentemente, também aos/as trabalhadores/as imigrantes e negros/as).

Nas pesquisas realizadas no mundo do trabalho no Reino Unido, Anna Pollert, ao tratar dessa temática sob o prisma da divisão sexual do trabalho, afirma que é visível a distinção entre os trabalhos masculino e feminino. Enquanto aquele se atém na maior parte das vezes às unidades em que é maior a presença de capital intensivo (com máquinas mais avançadas), o trabalho das mulheres é muito freqüentemente restrito às áreas mais rotinizadas, em que é maior a necessidade de trabalho intensivo. Analisando uma fábrica tradicional de alimentos na Inglaterra, a Choc-Co, Pollert mostrou, conforme nos referimos anteriormente, ao fato de que justamente nas áreas de trabalho mais valorizadas na fabricação de chocolate predominam os homens trabalhadores, e, nas áreas ainda mais rotinizadas, que podem ser executadas pelo trabalho manual, tem sido crescente a presença feminina. E, quando se defronta com unidades tecnologicamente mais sofisticadas, sua pesquisa constatou que, ainda aqui, ao trabalho feminino tem sido reservada a realização de atividades rotinizadas, com menores índices de qualificação e nas quais são também mais constantes as formas de trabalhos temporário, *part-time* etc. O que a permitiu concluir que, na divisão sexual do trabalho operada pela reestruturação produtiva do capital na empresa pesquisada, podia ser percebida uma exploração ainda mais intensificada no universo do trabalho feminino¹⁴.

O capital, portanto, tem demonstrado capacidade de apropriar-se

intensamente da polivalência e da multiatividade do trabalho feminino, da experiência que as mulheres trabalhadoras trazem das suas atividades realizadas na esfera do trabalho reprodutivo, do trabalho doméstico. Enquanto os homens – pelas condições histórico-sociais vigentes, que são também uma construção social sexuada – mostram mais dificuldade em se adaptar às novas dimensões polivalentes (em verdade, conformando níveis mais profundos de exploração), o capital tem se utilizado desse atributo social herdado pelas mulheres.

O que, portanto, é efetivo – ainda que limitado – momento de emancipação *parcial* das mulheres diante da exploração do capital e diante da opressão masculina, avanço caracterizado pela ampliação positiva da mulher no mundo do trabalho, o capital, por seu lado, converte em uma fonte que intensifica e aumenta ainda mais as desigualdades sociais entre os sexos no universo do trabalho.

Desse modo, foi a própria forma assumida pela sociedade do trabalho, regida pela destrutividade do capital e do mercado, que possibilitou, por meio da constituição de uma massa de trabalhadores expulsos do processo produtivo, a aparência da sociedade fundada no descentramento da categoria trabalho, na perda de centralidade do trabalho no mundo contemporâneo. Mas o entendimento das mutações em curso, bem como a elaboração de uma concepção ampliada de trabalho, tornam-se fundamentais para se entender a forma de ser do trabalho no mundo contemporâneo, sua nova morfologia, bem como o seu caráter multifacetado.

¹³ Ver Cláudia Nogueira, *A feminização no mundo do trabalho* (Campinas, Autores Associados, 2004).

¹⁴ Cf. Anna Pollert, "Team Work on the Assembly Line: Contradiction and the Dynamics of Union Resilience" em P. Ackers, Chris Smith e Paul Smith, *The New Workplace and Trade Unionism: Critical Perspectives on Work and Organization* (Londres, Routledge, 1996), p. 186-8.

ALGUMAS TESES SOBRE O PRESENTE (e o futuro) do trabalho

Como consequência das significativas mutações que ocorreram no mundo da produção e do trabalho nas últimas décadas do século XX, tornou-se freqüente falar em “desaparição do trabalho”¹, em substituição da esfera do trabalho pela “esfera comunicacional”², em “perda de centralidade da categoria trabalho”³, em “fim do trabalho”⁴, ou, ainda, na versão mais qualificada e crítica à ordem do capital⁵, para citar as formulações mais expressivas.

Neste texto, de forma sintética, vou procurar apresentar algumas teses que se contrapõem às idéias mencionadas. E o farei por meio da apresentação de *algumas* teses centrais que, no meu entendimento, fazem parte do presente (e do futuro) do trabalho.

I) Contra a equívoca desconstrução teórica realizada nas últimas

¹ Dominique Méda, *Società senza lavoro*, cit.

² Jürgen Habermas, *The Theory of Communicative Action: Reason and the Rationalization of Society*, cit., e *The Theory of Communicative Action: The Critique of Functionalist Reason*, cit.

³ Claus Offe, “Trabalho como categoria sociológica fundamental?”, em *Trabalho & Sociedade* (Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1989, v. 1).

⁴ Jeremy Rifkin, *O fim dos empregos*, cit.

⁵ Robert Kurz, *O colapso da modernização*, cit.

décadas pelos chamados críticos da sociedade do trabalho, nosso grande desafio é compreender a nova morfologia do trabalho, seu caráter multifacetado, polissêmico e polimorfo. Isso nos obriga a desenvolver uma noção ampliada e moderna de classe trabalhadora (que venho chamando, de modo sinônimo, de *classe-que-vive-do-trabalho*) que inclui a totalidade daqueles homens e mulheres que vendem sua força de trabalho em troca de salário⁶.

Essa nova morfologia do mundo do trabalho tem como núcleo central os trabalhadores produtivos (no sentido dado por Marx, especialmente no *Capítulo VI*), e não se restringe ao trabalho manual direto, mas incorpora a totalidade do trabalho social e do trabalho coletivo assalariado. Como o trabalhador produtivo é aquele que produz diretamente mais-valia e que participa diretamente do processo de valorização do capital, ele detém, por isso, um papel de centralidade no interior da classe trabalhadora. E é preciso acrescentar que a moderna classe trabalhadora também inclui os trabalhadores improdutivos, aqueles cujas formas de trabalho são utilizadas como serviço, seja para uso público ou para o capitalista, e que não se constituem como elemento diretamente produtivo no processo de valorização do capital. Todavia, como há uma crescente imbricação entre trabalho produtivo e improdutivo no capitalismo contemporâneo, e como a classe trabalhadora incorpora essas duas dimensões básicas do trabalho sob o capitalismo, a noção ampliada nos parece fundamental para a compreensão do que é a classe trabalhadora hoje.

II) Uma noção ampliada de classe trabalhadora deve incluir também todos aqueles e aquelas que vendem sua força de trabalho em troca de salário, incorporando, além do proletariado industrial e dos assalariados do setor de serviços, também o proletariado rural, que vende sua força de trabalho para o capital. Incorpora o proletariado precarizado, o subproletariado moderno, *part-time*, o novo proletariado dos *McDonald's*, os trabalhadores terceirizados e precarizados, os trabalhadores assalariados da chamada “economia informal” – que muitas vezes são indiretamente subordinados ao capital –, além dos trabalhadores desempregados, expulsos do processo produtivo e do mercado de trabalho pela reestruturação do capital e que hipertrofiaram o exército industrial de reserva na fase de expansão do desemprego estrutural.

III) A classe trabalhadora hoje exclui, naturalmente, os gestores do capital e seus altos funcionários, que detêm papel de controle no processo de trabalho, de valorização e reprodução do capital no interior das empresas, e que recebem rendimentos elevados, ou ainda aqueles que, de posse de um capital acumulado, vivem da especulação e dos juros. Exclui também, em meu entendimento, os pequenos empresários, as pequenas burguesias urbana e rural proprietárias.

IV) Compreender a classe trabalhadora hoje significa perceber também o significativo processo de feminização do trabalho, que atinge mais de 40% ou 50% da força de trabalho em diversos países, e que tem sido absorvido pelo capital, preferencialmente no universo do trabalho *part-time*, precarizado e desregulamentado. No Reino Unido, por exemplo, o contingente feminino superou, desde 1998, o contingente masculino na composição da força de trabalho. Sabe-se que essa nova divisão sexual do trabalho tem, entretanto, significado fortemente desigual ao serem comparados os salários e os direitos e condições de trabalho em geral. Nessa divisão sexual do trabalho, operada pelo capital dentro do espaço fabril, geralmente as atividades de concepção ou aquelas baseadas em capital intensivo são predominantemente realizadas pelo trabalho masculino, enquanto aquelas dotadas de menor qualificação e frequentemente fundadas em trabalho intensivo são prevalentemente destinadas às mulheres trabalhadoras e, muito frequentemente também, aos/as trabalhadores/as imigrantes e negros/as.

E, além disso, por meio da duplicidade do ato laborativo, a mulher trabalhadora é duplamente explorada pelo capital, tanto no espaço produtivo quanto no reprodutivo. Além de atuar crescentemente no espaço público, fabril e de serviços, ela realiza centralmente as tarefas próprias do trabalho doméstico, garantindo a esfera da reprodução societal, esfera do trabalho não-diretamente mercantil, mas indispensável para a reprodução do sistema de metabolismo social do capital.

V) Como o capital é um sistema global, o mundo do trabalho e seus desafios são também cada vez mais mundializados, transnacionalizados e internacionalizados. Se a mundialização do capital e de sua cadeia produtiva é fato evidente, o mesmo não ocorre no mundo do trabalho, que ainda se mantém predominantemente nacional, o que é um limite enorme para a ação dos trabalhadores. Com a reconfiguração do espaço e do tempo de produção, há um processo de re-territorialização e também de des-territorialização, a partir do qual

⁶ Ricardo Antunes, *Os sentidos do trabalho*, cit., e *Adeus ao trabalho?*, cit.

novas regiões industriais nascem e outras são eliminadas. Isso recoloca a confrontação social num patamar mais complexificado, dado pelo embate entre o capital social total e a totalidade do trabalho social.

VI) Quando concebemos a forma contemporânea do trabalho, não podemos concordar com as teses que desconsideram o novo processo de interação entre trabalho vivo e trabalho morto. O capital necessita, hoje, cada vez menos do trabalho estável e cada vez mais das diversificadas formas de trabalho parcial ou *part-time*, terceirizado, os trabalhadores hifenizados, que se encontram em explosiva expansão em todo o mundo. Como o capital não pode eliminar o trabalho vivo do processo de mercadorias, sejam elas materiais ou imateriais, ele deve, além de incrementar sem limites o trabalho morto corporificado no maquinário tecnocientífico, aumentar a produtividade do trabalho de modo a intensificar as formas de extração do sobretrabalho em um tempo cada vez mais reduzido. A redução do proletariado taylorizado, a ampliação do trabalho intelectual abstrato nas plantas produtivas de ponta e a ampliação generalizada dos novos proletários precarizados e terceirizados da “era da empresa enxuta” são fortes exemplos disso.

VII) No mundo do trabalho contemporâneo, o saber científico e o saber laborativo mesclam-se ainda mais diretamente. As máquinas inteligentes podem substituir grande parte do trabalho vivo, mas não podem eliminá-lo definitivamente. Ao contrário, a sua introdução utiliza-se do trabalho intelectual dos trabalhadores que, ao atuarem na máquina informatizada, transferem parte dos seus novos atributos intelectuais à nova máquina que resulta desse processo, dando novas conformações à teoria do valor. Estabelece-se um complexo processo interativo entre trabalho e ciência produtiva, que não leva à extinção do trabalho, como imaginou Habermas, mas a um processo de retroalimentação que necessita cada vez mais de uma força de trabalho ainda mais complexa, multifuncional, que deve ser explorada de maneira mais intensa e sofisticada, ao menos nos ramos produtivos dotados de maior incremento tecnológico.

Com a conversão do trabalho vivo em trabalho morto, a partir do momento em que, pelo desenvolvimento dos *softwares*, a máquina informacional passa a desempenhar atividades próprias da inteligência humana, o que se pode presenciar é um processo que Lojkin⁷ deno-

⁷ Jean Lojkin, *A revolução informacional* (São Paulo, Cortez, 1995).

minou objetivação das atividades cerebrais junto à maquinaria, de transferência do saber intelectual e cognitivo da classe trabalhadora para a maquinaria informatizada. A transferência de capacidades intelectuais para a maquinaria informatizada, que se converte em linguagem da máquina própria da fase informacional por meio dos computadores, acentua a transformação de trabalho vivo em trabalho morto e recria novas formas e modalidades de trabalho.

VIII) Desenvolve-se na sociedade contemporânea outra tendência dada pela crescente imbricação entre trabalho material e imaterial, uma vez que se presencia, além da monumental precarização do trabalho (traço este central quando se analisa o mundo do trabalho hoje), um aumento das atividades dotadas de maior dimensão intelectual, quer nas atividades industriais mais informatizadas, quer nas esferas compreendidas pelo setor de serviços ou nas comunicações, entre tantas outras. O trabalho imaterial (ou não-material, como disse Marx no *Capítulo VI*) expressa contemporaneamente a vigência da esfera informacional da forma-mercadoria: ele é expressão do conteúdo informacional da mercadoria, exprimindo as mutações do trabalho operário no interior das grandes empresas e do setor de serviços que são dotados de tecnologia de ponta. Trabalhos material e imaterial, na imbricação crescente que existe entre ambos, encontram-se, entretanto, centralmente subordinados à lógica da produção de mercadorias e de capital, como sugerem Vincent⁸ e Tosel⁹.

IX) Desse modo, em vez de desconsiderar o trabalho e substituir a lei de valor como medida societal prevalente, a nova fase dos capitais globais retransfere, em alguma medida, o *savoir-faire* para o trabalho, mas o faz apropriando-se crescentemente da sua dimensão intelectual, das suas capacidades cognitivas, procurando envolver mais forte e intensamente a subjetividade operária. Como a máquina não pode suprimir completamente o trabalho humano, ela necessita de uma maior interação entre a subjetividade que trabalha e a nova máquina inteligente. Nesse processo, o envolvimento interativo aumenta ainda mais o estranhamento e a alienação do trabalho, ampliando as formas modernas da reificação, por meio das subjetividades inautênticas e heterodeterminadas¹⁰.

⁸ Jean-Marie Vincent, “Les automatismes sociaux et le ‘general intellect’”, cit.

⁹ André Tosel, “Centralité et non-centralité du travail ou la passion des hommes superflus”, cit.

¹⁰ Ver Nicolas Tertulian, “Le concept d’aliénation chez Heidegger et Lukács” em *Archives de Philosophie-Recherches et Documentation*, Paris, nº 56, julho/setembro 1993.

X) No contexto do capitalismo tardio, a tese habermasiana, presente em *The Theory of Communicative Action: the Critique of Functionalist Reason*, acerca da *pacificação dos conflitos de classes* encontra-se sob forte erosão e questionamento. Não só o *Welfare State* vem desmoronando no relativamente escasso conjunto de países nos quais ele teve efetiva vigência, como também as desmontagens presenciadas no *Estado Keynesiano* colocaram-no sob uma forte dimensão privatizante, desintegrando ainda mais a restrita base empírica de sustentação da tese habermasiana que propugnava pela pacificação das lutas sociais. Com a erosão crescente do *Welfare State*, a expressão fenomênica e contingente da pacificação dos conflitos de classes – a que Habermas queria conferir estatuto de determinação – vem dando mostras crescentes de envelhecimento precoce. E, o que pretendia ser, para Habermas, uma suposta crítica exemplificadora da incapacidade marxiana de compreender o capitalismo tardio é, de fato, uma enorme lacuna do constructo habermasiano. As recentes ações de resistência dos trabalhadores – especialmente desde Seattle, Nice, Praga e Gênova – contra a mercadorização do mundo são exemplos das novas formas de confrontação assumidas na era da mundialização do capital.

XI) Ao efetivar a disjunção analítica entre trabalho e interação, práxis laborativa e ação intersubjetiva, atividade vital e ação comunicativa, sistema e mundo da vida, Habermas distanciou-se do momento em que se realiza a articulação inter-relacional entre mundo da objetividade e da subjetividade, questão nodal para a compreensão do ser social. Habermas realiza uma sobrevalorização e disjunção entre essas dimensões decisivas da vida social, e a perda desse liame indissolúvel o levou a autonomizar equivocadamente a chamada esfera comunicacional. Nesse sentido, quando Habermas fala em colonização do mundo da vida pelo sistema, ele oferece uma versão muito tênue diante do que vem ocorrendo no mundo contemporâneo, marcado pela vigência do trabalho abstrato, pela fetichização do mundo das mercadorias e pela crescente reificação da esfera comunicacional.

XII) Se esses pontos condensam alguns traços característicos da chamada “sociedade do trabalho” no final do século XX, o século que agora se inicia exige que reflitamos também acerca do futuro do trabalho ou do trabalho do futuro. E aqui aflora uma questão que, em meu entendimento, é essencial e que aqui somente sintetizo: uma vida cheia de sentido fora do trabalho supõe uma vida dotada de sentido dentro do trabalho. Não é possível compatibilizar trabalho desprovido de senti-

do com tempo verdadeiramente livre. Uma vida desprovida de sentido no trabalho é incompatível com uma vida cheia de sentido fora do trabalho. Em alguma medida, a esfera fora do trabalho estará maculada pela desefetivação que se dá no interior da vida laborativa.

Uma vida cheia de sentido em todas as esferas do ser social somente poderá efetivar-se por meio da demolição das barreiras existentes entre tempo de trabalho e tempo de não-trabalho, de modo que, a partir de uma atividade vital cheia de sentido, autodeterminada, para além da divisão hierárquica que subordina o trabalho ao capital hoje vigente e, portanto, sob bases inteiramente novas, possa se desenvolver uma nova sociabilidade, na qual ética, arte, filosofia, tempo verdadeiramente livre e ócio, em conformidade com as aspirações mais autênticas suscitadas no interior da vida cotidiana, possibilitem a gestação de formas inteiramente novas de sociabilidade, em que liberdade e necessidade se realizem mutuamente. Se o trabalho se torna dotado de sentido, será também (e decisivamente) por meio da arte, da poesia, da pintura, da literatura, da música, do tempo livre, do ócio, que o ser social poderá humanizar-se e emancipar-se em seu sentido mais profundo.

XIII) Se o fundamento das ações sociais for voltado radicalmente contra as formas de (des)sociabilização e mercadorização do mundo, a batalha imediata pela redução da jornada ou do tempo de trabalho se tornará inteiramente compatível com o direito ao trabalho (em jornada reduzida e sem redução de salário). Desse modo, a reivindicação central, para o mundo do trabalho, pela imediata redução da jornada (ou do tempo) de trabalho, e a luta pelo emprego, são profundamente articuladas e complementares, e não excludentes. E o empreendimento societal por um trabalho cheio de sentido e pela vida autêntica fora do trabalho, por um tempo disponível para o trabalho e por um tempo verdadeiramente livre e autônomo fora do trabalho – ambos, portanto, fora do controle e comando opressivo do capital – convertem-se em elementos essenciais na construção de uma sociedade não mais regulada pelo sistema de metabolismo social do capital e seus mecanismos de subordinação. O que nos leva a indicar, em última tese, alguns fundamentos sociais elementares para uma nova forma de organização societal.

XIV) O exercício do trabalho autônomo, eliminado o dispêndio de tempo excedente para a produção de mercadorias, e eliminado também o tempo de produção destrutivo e supérfluo (esferas estas hoje controladas pelo capital), possibilitará o resgate verdadeiro do sentido

estruturante do trabalho vivo, contra o sentido (des)estruturante do trabalho abstrato. Isso porque, sob o sistema de metabolismo social do capital, o trabalho que estrutura o capital também *desestrutura* o ser social. O trabalho assalariado que dá sentido ao capital gera uma subjetividade inautêntica no próprio ato de trabalho.

Numa forma de sociabilidade superior, o trabalho, ao reestruturar o ser social, terá como corolário a desestruturação do próprio capital. E, avançando na abstração, esse mesmo trabalho autônomo, autode-terminado e produtor de coisas úteis tornará sem sentido e supérfluo o capital, gerando as condições sociais para o florescimento de uma subjetividade autêntica e emancipada. Dando, desse modo, um novo sentido ao trabalho e dando à vida um novo sentido. Resgatando a dignidade e o sentido de humanidade social que o mundo atual vem fazendo desmoronar. E que o século XXI poderá conquistar.

5

A DIALÉTICA DO TRABALHO

A história da realização dos seres sociais, ao longo de seu processo de desenvolvimento histórico-social, sabemos, objetiva-se por meio de produção e reprodução da existência humana. Para isso, os indivíduos iniciam um ato laborativo básico, desenvolvido pelo processo de trabalho.

É a partir do trabalho em sua realização cotidiana que o ser social distingue-se de todas as formas pré-humanas. É por demais conhecida aquela passagem de *O capital* em que Marx diferencia o pior arquiteto da melhor abelha: aquele

obtem um resultado que já no início deste existiu na imaginação do trabalhador, e portanto idealmente. Ele não apenas efetiva uma transformação da forma da matéria natural; realiza, ao mesmo tempo, na matéria natural, seu objeto, que ele sabe que determina, como lei, a espécie e o modo de sua atividade e ao qual tem de subordinar sua vontade."¹

Em outras palavras, o ser social dotado de consciência tem previamente concebida a configuração que quer imprimir ao objeto do trabalho no ato de sua realização. No trabalho, o momento distintivo, essencialmente separatório, é constituído pelo ato consciente que, no ser social, deixa de ser um mero epifenômeno da reprodução biológi-

¹ Karl Marx, *O capital* (São Paulo, Abril Cultural, 1983), v. 1, livro primeiro, t. 1, p. 149-50.

ca. Ao pensar e refletir, ao externar sua consciência, o ser social se humaniza e se diferencia das formas anteriores do ser social.

Foi isso que permitiu a Lukács fazer a síntese que segue: “O trabalho é um ato de por consciente e, portanto, pressupõe um conhecimento concreto, ainda que jamais perfeito, de determinadas finalidades e de determinados meios”².

O trabalho mostra-se, então, como momento fundante de realização do ser social, condição para sua existência; é, por isso, ponto de partida para a humanização do ser social. Não foi outro o sentido dado por Marx ao afirmar, em *O capital*:

Como criador de valores de uso, como trabalho útil, é o trabalho, por isso, uma condição de existência do homem, independentemente de todas as formas de sociedade, eterna necessidade natural de mediação do metabolismo entre homem e natureza e, portanto, vida humana.³

Por meio do processo de trabalho, com seu desenvolvimento na história humana,

tem lugar uma dupla transformação. Por um lado, o próprio homem que trabalha, é transformado pelo seu trabalho; ele atua sobre a natureza; “desenvolve as potências nela ocultas” e subordina as forças da natureza “ao seu próprio poder”. Por outro lado, os objetos e as forças da natureza são transformados em meios, em objetos de trabalho, em matérias-primas etc.⁴

Esse processo de transformação recíproca faz com que o trabalho social se converta em elemento central do desenvolvimento da sociabilidade humana.

Agora precisamos introduzir um outro elemento analítico importante. Quando se estuda o trabalho humano, é fundamental resgatar a distinção feita por Marx entre trabalho concreto e trabalho abstrato. Em suas palavras:

Todo trabalho é, por um lado, dispêndio de força de trabalho do homem no sentido fisiológico, e nessa qualidade de trabalho humano igual ou trabalho humano abstrato gera o valor das mercadorias. Todo trabalho é, por outro lado, dispêndio de força de trabalho do homem sob forma especifi-

camente adequada a um fim, e nessa qualidade de trabalho concreto útil, produz valores de uso.⁵

De um lado, tem-se o caráter útil do trabalho, intercâmbio metabólico entre os homens e a natureza, condição para a produção de coisas socialmente úteis e necessárias. Trata-se aqui do momento em que se efetiva o trabalho concreto, o trabalho em sua dimensão essencialmente qualitativa.

Deixando de lado o caráter útil do trabalho, sua dimensão concreta, resta-lhe ser apenas o dispêndio de força humana produtiva, física ou intelectual, socialmente determinada. Aqui aparece a dimensão abstrata do trabalho, o trabalho abstrato, em que desaparecem as diferentes formas de trabalho concreto, que, segundo Marx, reduzem-se a uma única espécie de trabalho, o trabalho humano abstrato. Nesse último caso, trata-se de uma produção voltada para o mundo das mercadorias e da valorização do capital. O trabalho encontra-se envolto em relações capitalistas, que alteram em grande medida seu sentido histórico original. É o que trataremos a seguir.

O trabalho na ordem do capital

Se podemos considerar o trabalho como um momento fundante da sociabilidade humana, como ponto de partida do processo de seu processo de humanização, também é verdade que na sociedade capitalista o trabalho se torna assalariado, assumindo a forma de trabalho alienado. Aquilo que era uma finalidade básica do ser social – a busca de sua realização produtiva e reprodutiva no e pelo trabalho – transfigura-se e se transforma. O processo de trabalho se converte em meio de subsistência e a força de trabalho se torna, como tudo, uma mercadoria especial, cuja finalidade vem a ser a criação de novas mercadorias objetivando a valorização do capital.

Desfigurado em seu sentido primeiro, de criação de coisas úteis, o trabalho se torna meio, e não “primeira necessidade” de realização humana. Na formulação oferecida por Marx nos *Manuscritos econômico-filosóficos*, constata-se que “o trabalhador baixa à condição de mercadoria”, torna-se “um ser estranho a ele, um meio da sua existên-

² Georg Lukács, “As bases ontológicas do pensamento e da atividade do homem”, *Temas de Ciências Humanas*, São Paulo, Ciências Humanas, nº 4, 1978, p. 8.

³ Karl Marx, *O capital*, cit., v. 1, p. 50.

⁴ Georg Lukács, “As bases ontológicas...”, cit., p. 16.

⁵ Karl Marx, *O capital*, cit., v. 1, p. 53.

cia individual”⁶. Como expressão da realidade capitalista, da sociedade regida pelo valor de troca, tem-se a dialética de riqueza e miséria, de acumulação e privação, do possuidor e do despossuído. Ainda de acordo com Marx,

(O estranhamento do trabalhador em seu objeto se expressa, pelas leis nacional-econômicas, em que quanto mais o trabalhador produz, menos tem para consumir; que quanto mais valores cria, mais sem-valor e indigno ele se torna; quanto mais bem formado o seu produto, tanto mais deformado ele fica; quanto mais civilizado seu objeto, mais bárbaro o trabalhador; que quanto mais poderoso o trabalho, mais impotente o trabalhador se torna; quanto mais rico de espírito o trabalho, mais pobre de espírito e servo da natureza se torna o trabalhador.)⁷

Desse processo de trabalho na sociedade capitalista, tem-se como resultante a desrealização do ser social. Desenvolve-se um trabalho que se desefetiva em seu processo de trabalho. O resultado do processo de trabalho, o produto, aparece junto ao trabalhador como um ser alheio e estranho ao produtor. Tem-se, então, que essa realização efetiva do trabalho aparece como desefetivação do trabalhador⁸.

Esse processo de alienação do trabalho (que Marx também denomina como estranhamento) não se efetiva apenas no resultado – a perda do objeto –, mas abrange também o próprio ato de produção, que é o efeito da atividade produtiva já alienada.

Se o produto é o resultado da atividade produtiva, resulta que esta se encontra também estranha ao trabalhador. Nas palavras de Marx: “No estranhamento do objeto do trabalho resume-se somente o estranhamento, a exteriorização na atividade do trabalho mesmo”⁹.

O que significa dizer que, sob o capitalismo, o trabalhador não se satisfaz no trabalho, mas se degrada; não se reconhece, mas se nega.

O trabalhador só se sente, por conseguinte e em primeiro lugar, junto a si [quando] fora do trabalho e fora de si [quando] no trabalho. Está em casa quando não trabalha e, quando trabalha, não está em casa. O seu trabalho não é, portanto, voluntário, mas forçado, *trabalho obrigatório*.

O trabalho não é, por isso, a satisfação de uma carência, mas somente um *meio* para satisfazer necessidades fora dele.¹⁰

Em seus “Extratos de leitura sobre J. Mill”, no qual pela primeira vez apresenta o significado da alienação, Marx afirma: “Meu trabalho seria livre projeção exterior de minha vida, portanto desfrute de vida. Sob o pressuposto da propriedade privada (em troca) é estranhamento de minha vida, posto que trabalho para viver, para conseguir os meios de vida. Meu trabalho não é vida”¹¹.

O trabalho como atividade vital, verdadeira, sofre um enorme processo de redução:

Uma vez pressuposta a propriedade privada, minha individualidade se torna estranhada a tal ponto, que esta atividade se torna odiosa, um suplício e, mais que atividade, aparência dela; por conseqüência, é também uma atividade puramente imposta e o único que me obriga a realizá-la é uma necessidade extrínseca e acidental, não a necessidade interna e necessária.¹²

Desse modo, a alienação, como expressão de uma relação social fundada na propriedade privada e no dinheiro, apresenta-se como “abstração da natureza específica, pessoal” do ser social que “atua como homem que se perdeu a si mesmo, desumanizado”¹³. O trabalhador, diz Marx, sente-se livremente ativo em suas funções animais (comer, beber, procriar etc.) e em suas funções humanas sente-se como um animal. O que é próprio da animalidade se torna humano e o que é próprio da humanidade torna-se animal¹⁴. Alienado e estranhado diante do produto do seu trabalho e diante do próprio ato de produção da vida material, o ser social torna-se um ser estranho diante de si mesmo: o homem estranha-se em relação ao próprio homem. Torna-se estranho em relação ao gênero humano¹⁵.

Não se verifica o momento de identidade entre o indivíduo e o gênero humano, mas o seu contrário, visto que nas sociedades regidas pelo capital

¹⁰ Idem, p. 83 (grifos do autor).

¹¹ Karl Marx, “Extractos de Lectura: James Mill”, em *Obras de Marx y Engels, “Manuscritos de Paris y Anúrios Franco-Alemanes: 1844”* (Barcelona, Grijalbo, 1978), p. 293.

¹² Ibidem, p. 299.

¹³ Idem, p. 278.

¹⁴ Karl Marx, *Manuscritos econômico-filosóficos*, cit., p. 84.

¹⁵ Ibidem, p. 86.

⁶ K. Marx, *Manuscritos econômico-filosóficos* (São Paulo, Boitempo, 2004), p. 79 e 85.

⁷ Ibidem, p. 82.

⁸ Idem, p. 80.

⁹ Idem, p. 82.

o valor de uso (o produto do trabalho concreto) não serve para a satisfação das necessidades. Pelo contrário, sua essência consiste em satisfazer as necessidades do não-possuidor. Ao trabalhador torna-se indiferente o tipo de valores de uso por ele produzido, não tendo com eles nenhuma relação. O que desenvolve para satisfazer suas necessidades é, ao contrário, expressão do trabalho abstrato: trabalha unicamente para manter-se, para satisfazer as meras necessidades “necessárias”.¹⁶

Na concretude do capitalismo tem-se, portanto, que

tudo é “reificado” e as relações ontológicas fundamentais são postas de cabeça para baixo. O indivíduo, confrontado com meros objetos (coisas, mercadorias), quando seu “corpo inorgânico” – “natureza trabalhada” e capacidade produtiva externalizada – foi dele alienado. Não tem consciência de um “ser pertencente a uma espécie” (...) em outras palavras, converte-se um ser cuja essência não coincide diretamente com a sua individualidade.¹⁷

A atividade produtiva, dominada pela fragmentação e isolamento capitalista, na qual os homens são atomizados, não realiza adequadamente a função de mediação entre o homem e a natureza, reificando e coisificando o homem e suas relações. Em lugar da consciência de ser social livre e emancipado, tem-se o culto da privacidade, a idealização do indivíduo tomado abstratamente¹⁸.

Operou-se portanto, uma metamorfose básica no universo do trabalho humano sob as relações de produção capitalistas. Em vez do trabalho como atividade vital, um momento de identidade entre o indivíduo e o ser genérico, tem-se uma forma de objetivação do trabalho em que as relações sociais estabelecidas entre os produtores assumem, conforme disse Marx, a forma de relação entre os produtos do trabalho. A relação social estabelecida entre os seres sociais adquire a forma de uma relação entre coisas.

A igualdade dos trabalhos humanos assume a forma material da igual objetividade de valor dos produtos de trabalho; a medida do dispêndio de forças de trabalho do homem, por meio de sua duração, assume a forma da grandeza de valor dos produtos de trabalho; finalmente, as relações

entre os produtores, em que aquelas características sociais de seus trabalhos são ativadas, assumem a forma de uma relação social entre os produtos de trabalho.¹⁹

Portanto, tem-se a prevalência da dimensão abstrata do trabalho, subordinando e reduzindo sua dimensão concreta, de trabalho útil. Disso resulta o que Marx denominou como o caráter misterioso ou fetichizado da mercadoria: ela encobre as dimensões sociais do próprio trabalho, mostrando-as como inerentes aos produtos do trabalho. Mascaram-se as relações sociais existentes entre os trabalhos individuais e o trabalho total, apresentando-as como relações entre objetos coisificados: “[...] não é mais nada que determinada relação social entre os próprios homens que para eles aqui assume a forma fantasmagórica de uma relação entre coisas”²⁰. Na vigência do valor de troca, o vínculo social entre as pessoas se transforma em uma relação social entre coisas: a capacidade pessoal transfigura-se em capacidade das coisas²¹. Trata-se, portanto, de uma relação reificada entre os seres sociais.

A racionalização própria da grande indústria capitalista moderna tende, ao ser movida pela lógica do capital, a eliminar as propriedades qualitativas do trabalhador pela decomposição cada vez maior do processo de trabalho em operações parciais, fazendo que haja uma ruptura entre o elemento que produz e o produto desse trabalho. Este, é reduzido a um nível de especialização que acentua a atividade mecanicamente repetida. E essa decomposição moderna do processo de trabalho, de inspiração taylorista, “penetra até a ‘alma’ do trabalhador”²². Portanto, podemos dizer que, se por um lado, o trabalho é uma atividade humana central na história humana, em seu processo de sociabilidade, posteriormente, com o advento do capitalismo, deu-se uma transformação essencial que o alterou e complexificou. Marx utilizou-se de dois termos distintos (em inglês) para melhor caracterizar essa dimensão ampla do trabalho: *work* e *labour*. O primeiro termo (*work*), mais dotado de positividade, é por isso uma expressão mais aproximada da

¹⁹ Karl Marx, *O capital*, cit., v. 1, p. 71.

²⁰ Ibidem, p. 71.

²¹ Idem.

²² Cf. Georg Lukács, “La coisificación y la conciencia del proletariado” em *Historia y conciencia de clase* (Barcelona, Grijalbo, 1975), p. 129 [ed. bras.: *História e consciência de classe: estudos sobre a dialética marxista*, São Paulo, Martins Fontes, 2003].

¹⁶ Agnes Heller, *Teoría de las necesidades en Marx* (Barcelona, Península, 1986), p. 54.

¹⁷ István Mészáros, *Marx: a teoria da alienação* (Rio de Janeiro, Zahar, 1981), p. 76. [A Boitempo irá publicar essa obra, em nova edição, ainda em 2005.]

¹⁸ Ibidem, p. 76-7.

dimensão concreta do trabalho, que cria valores socialmente úteis e necessários. O segundo termo (*labour*) expressa a dimensão cotidiana do trabalho sob a vigência do capitalismo, aproxima-se mais da dimensão abstrata do trabalho, do trabalho alienado e desprovido de sentido humano e social.

O trabalho, entendido como *work*, seria expressão de uma atividade genérico-social, voltada para a produção social de valores de uso, sendo por isso o momento da predominância do trabalho concreto. Em contrapartida, ao usar o termo *labour*, a ênfase se volta para as atividades estranhadas e fetichizadas, que configuram o trabalho assalariado²³.

A desconsideração dessa dupla dimensão presente no mundo do trabalho, que lhe dá complexidade, vem fazendo que muitos autores entendam equivocadamente a crise da sociedade do trabalho abstrato como expressão da crise da sociedade do trabalho concreto. E, desse modo, faz que defendam equivocadamente o fim do trabalho.

6

O CARÁTER POLISSÊMICO e multifacetado do mundo do trabalho

Neste ensaio vamos procurar apresentar as principais mutações que vêm ocorrendo no mundo do trabalho contemporâneo, em particular no seu universo produtivo. Vamos, para tanto, analisar as principais consequências dessas mutações no interior da classe trabalhadora, visando oferecer uma leitura alternativa e diferenciada em relação àquelas que defendem a tese do esgotamento ou, mesmo, do fim do trabalho (e da classe trabalhadora). Pretendemos demonstrar que uma visão ampliada de trabalho torna-se imprescindível para a compreensão da forma de ser do trabalho hoje.

É curioso como se amplia significativamente, em escala mundial, o conjunto dos homens e mulheres que vivem da venda de sua força de trabalho; tantos autores têm dado adeus ao proletariado, têm defendido a idéia do descentramento da categoria trabalho, de perda de relevância do trabalho como elemento estruturante da sociedade¹. Seguiremos um caminho alternativo e contrário a essas teses, mostrando como há um processo heterogêneo e complexo quando se analisa a forma de ser da classe trabalhadora hoje.

²³ Cf. Agnes Heller, *Sociologia de la vida cotidiana* (Barcelona, Península, 1977), p. 119-27, retomadas e desenvolvidas em Ricardo Antunes, *Os sentidos do trabalho* (cit.) e *Adeus ao trabalho?* (cit.).

¹ Cf. Dominique Méda, *Società senza lavoro*, cit.; Jürgen Habermas, *The Theory of Communicative Action: Reason and the Rationalization of Society*, cit., e *The Theory of Communicative Action: The Critique of Functionalist Reason*, cit.; Jeremy Rifkin, *O fim dos empregos*, cit.; Claus Offe, "Trabalho como categoria sociológica fundamental?", cit.